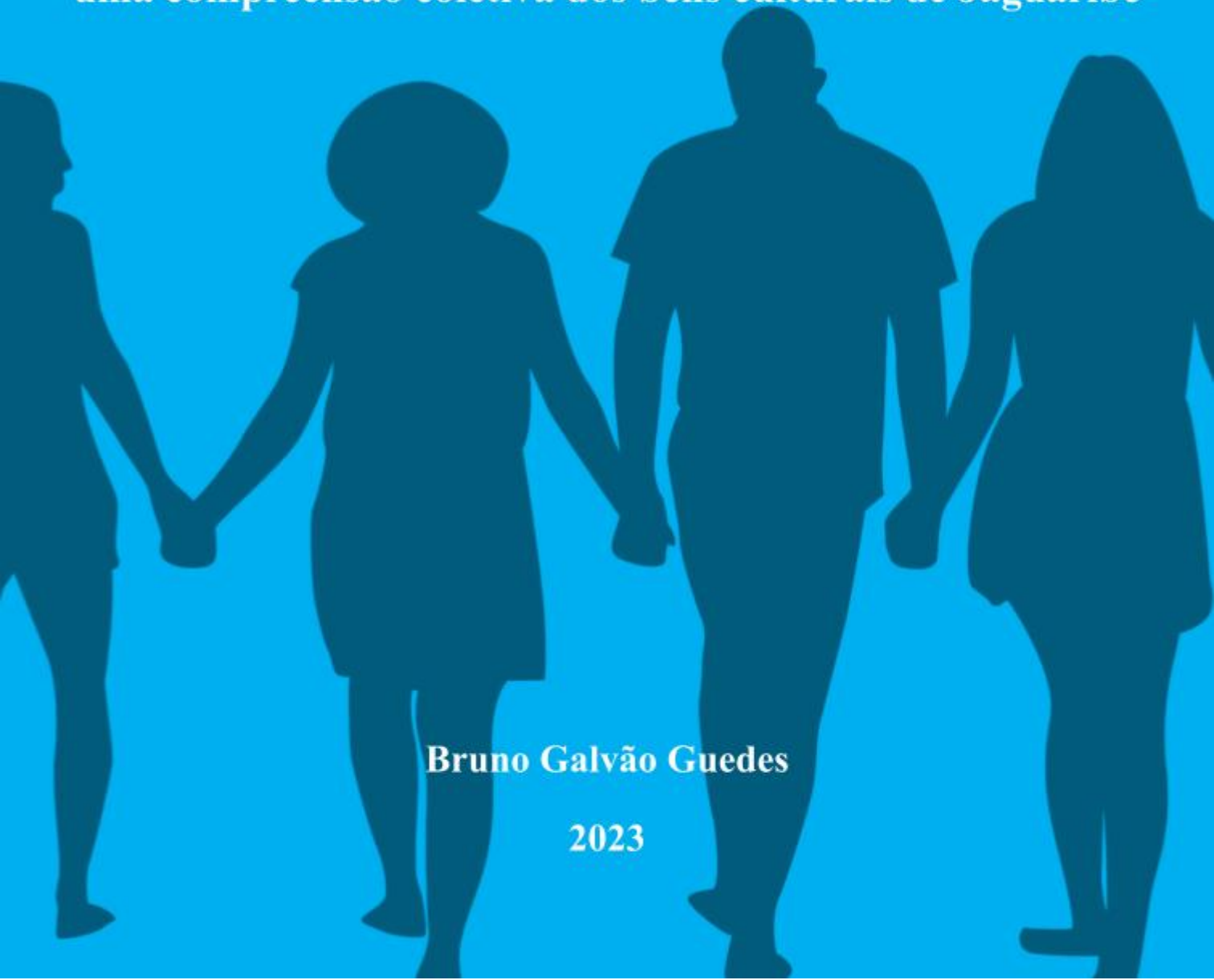
PESCA, TERRITÓRIO E COTIDIANO

uma compreensão coletiva dos bens culturais de Jaguaribe



Bruno Galvão Guedes

2023

PESCA, TERRITÓRIO E COTIDIANO:
uma compreensão coletiva dos bens culturais de Jaguaribe

Bruno Galvão Guedes

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à coordenação de graduação em Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo sob orientação da Profa. Dra. Renata Cabral.

RECIFE-PE
2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Guedes, Bruno Galvão.
Pesca, território e cotidiano: uma compreensão coletiva dos bens culturais de Jaguaribe / Bruno Galvão Guedes. - Recife, 2023.
127 : il., tab.

Orientador(a): Renata Campello Cabral
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Arquitetura e Urbanismo - Bacharelado, 2023.

1. Território. 2. Memória. 3. Pesca. 4. Cultura . 5. Identidade. I. Cabral, Renata Campello. (Orientação). II. Título.

720 CDD (22.ed.)

Figura 1 - Camipim sobre a grama. Fonte: Autoria própria.

Bem-vindos à ciranda da Ilha

“Essa ciranda não é minha só, ela é de todos nós”
Lia de Itamaracá

Dedico este trabalho à minha mãe, por tudo na minha vida

AGRADECIMENTOS

À toda minha família, em especial: Daniel e Mônica, meus irmãos; Carminha, Fafá, Luizinha e Luzia, minhas tias; e Sérgio, Santo e Everaldo, meus tios; por me fazereram viver Itamaracá.

Aos meus amigos do Massapê: Amanda, Bela, Laryssa, Lucas, Mari, Mel e Pedro, por tudo que construímos juntos.

E a todos que contribuíram ao longo de toda minha jornada acadêmica e pessoal: Bia, Bruno, Daniele, Renata, De La Mora, Ju, Nando, Camilo, Regi, Russo, Mila e Marlon.

Resumo

Este trabalho tem como objetivo central investigar Jaguaribe, localizado no município da Ilha de Itamaracá, em Pernambuco, como um território de tradição pesqueiro, reforçando a importância da preservação e salvaguarda de seus bens culturais. Parte-se da justificativa de que Jaguaribe, assim como muitas outras Comunidades Tradicionais Pesqueiras pelo Brasil, enfrenta riscos e ameaças à sua cultura e território e falta de reconhecimento e de visibilidade por parte do poder público.

Tomando como base o Projeto de Lei n. 131/2020, que considera que a caracterização das comunidades tradicionais pesqueiras será atestada mediante auto definição das próprias comunidades, este trabalho tem um caráter provocativo e investigativo, não tendo a pretensão de ser um instrumento definidor de identidades, mas sim um meio de busca ativa e de reconhecimento.

Para chegar ao objetivo geral, buscou-se compreender, ao longo do trabalho, o território de Jaguaribe por meio de três dimensões: das espacialidades, das dinâmicas sociais e das subjetividades, definidas por Ulpiano Bezerra de Menezes (2006) respectivamente como, a dimensão do Artefato, do Campo de Forças e das Representações Sociais. Para a compreensão dessas três dimensões, a pesquisa partiu de uma revisão bibliográfica, levantamento de dados secundários e do levantamento e mapeamento das referências culturais dos diversos grupos sociais que, por meio de suas práticas cotidianas,

expressam neste território uma identidade marcada profundamente pela presença das águas do mar e dos rios que banham o bairro.

O levantamento dos bens culturais de Jaguaribe foi amparado na metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais INRC-Iphan. Levantamento este que foi realizado durante 2 meses, contando com a colaboração e participação direta de moradores de Jaguaribe, por meio de entrevistas e aplicação de questionários. O levantamento produzido identificou bens culturais divididos em 4 categorias definidas pelo INRC-Iphan: Celebrações, Formas de Expressão, Ofícios e Modos de Fazer e Lugares e Edificações, que mostram uma relação direta com a cultura pesqueira. Evidenciou-se a pesca não somente como trabalho, mas como um modo de vida, que se reflete nas práticas cotidianas, nas relações sociais, nos espaços e na subjetividade da população de Jaguaribe. Mostrando, assim, uma cultura única, que tem valores positivos para si e para toda a sociedade, e que precisa ser identificada, reconhecida, valorizada e fortalecida. Vê-se como reforço para a ideia de salvaguarda de seu patrimônio material e imaterial, bem como de garantia e proteção do direito ao território, o reconhecimento de Jaguaribe como Território Tradicional Pesqueiro, cabendo à população sua autodefinição.

Palavras-chave: território, lugar, memória, pesca, cultura, identidade.

Abstract

This work's central objective is to investigate Jaguaribe, located in the municipality of Ilha de Itamaracá, in Pernambuco, as a territory with a fishing tradition, reinforcing the importance of preserving and safeguarding its cultural assets. It is based on the justification that Jaguaribe, like many other Traditional Fishing Communities throughout Brazil, faces risks and threats to its culture and territory and a lack of recognition and visibility on the part of public authorities.

Taking as a basis Bill no. 131/2020, which considers that the characterization of traditional fishing communities will be attested through self-definition of the communities themselves, this work has a provocative and investigative character, not intended to be an instrument that defines identities, but rather a means of active search and recognition.

To reach the general objective, we sought to understand, throughout the work, the territory of Jaguaribe through three dimensions: spatialities, social dynamics and subjectivities, defined by Ulpiano Bezerra de Menezes (2006) respectively as, the dimension of the Artifact, the Field of Forces and Social Representations. To understand these three dimensions, the research was based on a bibliographical review, secondary

data collection and the survey and mapping of the cultural references of the different social groups that, through their daily practices, express in this territory an identity deeply marked by the presence of waters of the sea and rivers that bathe the neighborhood.

The survey of Jaguaribe's cultural assets was based on the methodology of the National Inventory of Cultural References INRC-Iphan. This survey was carried out over 2 months, with the collaboration and direct participation of residents of Jaguaribe, through interviews and questionnaires. The survey produced identified cultural assets divided into 4 categories defined by INRC-Iphan: Celebrations, Forms of Expression, Crafts and Ways of Doing and Places and Buildings, which show a direct relationship with fishing culture. Fishing was highlighted not only as work, but as a way of life, which is reflected in daily practices, social relations, spaces and subjectivity of the population of Jaguaribe. Thus showing a unique culture, which has positive values for itself and for society as a whole, and which needs to be identified, recognized, valued and strengthened. It is seen as reinforcement for the idea of safeguarding its material and immaterial heritage, as well as guaranteeing and protecting the right to the territory, the recognition of Jaguaribe as a Traditional Fishing Territory, with the population being responsible for its self-definition.

Keywords: territory, place, memory, fishing, culture, identity.

SUMÁRIO

15 INTRODUÇÃO

24 1. JAGUARIBE COMO CAMPO DE FORÇAS

24 1.1. Um território em disputa

33 1.2. Riscos e ameaças

43 2. JAGUARIBE COMO REPRESENTAÇÃO E ARTEFATO

43 2.1. Um discurso em disputa

48 2.2. Os sentidos, símbolos e significados

58 3. COMPREENSÃO COLETIVA DOS BENS CULTURAIS

60 3.1. Metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais

66 3.2. Processo de Coleta de dados

72 4. LEVANTAMENTO E MAPEAMENTO DAS REFERÊNCIAS CULTURAIS DE JAGUARIBE

73 4.1. Formas de expressão

80 4.2. Celebrações

85 4.3. Modos de fazer/ofícios

99 4.4. Lugares e edificações

111 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Figura 2 - Peixes na galeia. Fonte: Autoria própria

Introdução

Foi com grande motivação e, ao mesmo tempo, desafio que desenvolvi este trabalho. Motivação pelo desejo da preservação de uma cultura que marca a formação da minha identidade. Ao longo da minha vida, tive a oportunidade de desenvolver uma relação estreita e afetiva com o território de Jaguaribe. Desde a infância, fui imerso nesse contexto, tendo a cultura pesqueira como parte de meu cotidiano, com familiares próximos dependentes direta ou indiretamente da pesca artesanal. Assim, ao embarcar na construção deste trabalho, trago comigo uma dimensão afetiva, que adiciona um grande desafio: equilibrar o afeto e a memória com o rigor científico necessário.

A pesquisa acadêmica em arquitetura é frequentemente considerada um espaço de objetividade e neutralidade, onde o pesquisador deve manter uma distância emocional em relação ao objeto de estudo. Além disso, o objeto de estudo aparece muitas vezes como algo já dado, já fechado, como se ele contivesse em si toda sua verdade. Entendemos, contudo, que o território não pode ser entendido como algo individualizado ou abstrato. Ulpiano Bezerra de Meneses (2006) destaca que os territórios em várias escalas - cidade, bairro, rua - são fenômenos sociais complexos e devem ser compreendidos através de três dimensões: artefato (aspectos físicos, formas arquitetônicas, arranjos espaciais); campo de forças (relações interpessoais de conflitos, interesses); e representações sociais (percepções dos habitantes, sua imagem sobre o território, memória e identidades). Para ele,

> Sem as práticas sociais, não há significados sociais. Mas também não há significados sociais sem vetores materiais. É, portanto, apenas dentro do campo de forças e dos padrões segundo os quais elas agem (e valendo-se de suportes materiais de sentidos e valores), que se pode compreender a gênese e a prática do patrimônio. (MENESES, 2006, p. 37)

Ainda segundo ele,

> O bem cultural tem matrizes no universo dos sentidos, da percepção e da cognição, dos valores, da memória e das identidades, das ideologias, expectativas, mentalidades, etc. Todavia, as representações, para deixarem de ser mero fato mental ou psíquico e integrarem a vida social, precisam passar pelo mundo sensorial, do universo físico. (MENESES, 2006, p. 36)

Pretendo, com isso, compreender o território de Jaguaribe como um bem cultural a partir dessas três dimensões, considerando toda sua complexidade. Para entender como a dimensão das relações e das percepções se manifestam no espaço e na vida das pessoas, se faz necessário também contextualizar a região em que o território de Jaguaribe está inserido por meio de uma revisão de literatura e pesquisa de dados secundários. Soma-se a isso o levantamento de dados primários, por meio de entrevistas e aplicação de questionários semiestruturados.

A fim de fortalecer a base argumentativa deste texto, ocasionalmente citarei diretamente falas das pessoas que participaram do processo de entrevistas. Essas

citações serão acompanhadas pela indicação da faixa etária dos entrevistados, sempre respeitando a confidencialidade de suas identidades.

Assim, a compreensão a partir das percepções das pessoas entrevistadas se mostrou de total importância para a possível caracterização de Jaguaribe como um território tradicional pesqueiro. Até porque a caracterização de um território visto como tradicional pesqueiro, conforme o Art. 3º da PL 131/2020[1], é atestada mediante autodefinição das próprias comunidades, sendo fundamental a participação plena das populações pesqueiras nesse processo. Para alcançar essa participação, é essencial que a população esteja engajada e fortalecida, o que ressalta a importância de projetos de educação patrimonial. Através desses projetos, as comunidades pesqueiras podem reconhecer-se em sua cultura e adquirir conhecimento sobre seus direitos.

O tema da participação social perpassa minha trajetória acadêmica e profissional. Nesse contexto, este trabalho foi elaborado com base em minha experiência ao longo de seis anos de envolvimento em processos junto à ONG Coletivo Massapê, que buscaram a participação social como meio de fortalecer a autonomia dos povos e seus territórios. Durante esse período, pude reconhecer a importância da perspectiva local no entendimento do território, onde as visões, experiências e valores das pessoas que habitam esses locais desempenham um papel fundamental na preservação e fortalecimento de suas características. A partir deste entendimento, motivei-me em buscar meu lugar de memória para a construção deste trabalho, chegando ao território de Jaguaribe.

[1] https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2236610

A questão da participação, assim como as dinâmicas sociais, está dentro da dimensão do campo de forças, que será abordada no primeiro capítulo, chegando no primeiro objetivo específico, de **compreender as dinâmicas sociais, as disputas e os conflitos que se apresentam no território de Jaguaribe**. Neste capítulo, haverá um aprofundamento sobre os riscos e ameaças que o território de Jaguaribe e sua comunidade enfrentam. Pois, a existência e continuidade ao longo do tempo da cultura das comunidades tradicionais pesqueiras em todo o país estão seriamente ameaçadas. Essas ameaças variam de acordo com o território, podendo se manifestar de forma mais explícita, como conflitos fundiários, a degradação ambiental causada por grandes indústrias e a pesca industrial predatória, bem como de maneira mais silenciosa, mas igualmente problemática, como o caso da assimilação cultural ou aculturação desses povos.

Em Jaguaribe, essas ameaças se apresentam de ambas as formas. Podendo ser exemplificado como uma ameaça silenciosa: a falta de garantias trabalhistas para as atividades da pesca, o que tem levado muitos jovens, filhos e netos de pescadores, a optarem por outras formas de trabalho, esvaziando aos poucos e gradativamente essa relação de trabalho com o mar. E como uma ameaça mais explícita pode ser citada a produção de camarões em viveiros (carcinicultura) ao longo do estuário do Rio Jaguaribe, que compromete a biodiversidade do manguezal.

> Embora estejam presentes em quase todos os Estados do País, essas comunidades ainda não receberam do Poder Público a devida atenção e reconhecimento. Ao contrário, enfrentam, em seu cotidiano, dificuldades

> constantes e graves, muitas vezes relacionadas ao enfrentamento do contexto de marginalidade e da invisibilidade social em que estão inseridos. (NEGÓCIO, 2021, p. 1).

Apesar das ameaças de desterritorialização e apagamento da cultura pesqueira, não existe a nível nacional uma legislação específica de identificação, reconhecimento e demarcação de territórios tradicionais pesqueiros.

Atualmente, existem algumas formas pelas quais as populações tradicionais pesqueiras garantem algum tipo de direito sobre seu território. Um exemplo é a outorga do Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS) pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU), que, segundo o Art. 1º da Portaria N° 89, de 15 de abril de 2010, visa "Disciplinar a utilização e o aproveitamento dos imóveis da União em favor das comunidades tradicionais, com o objetivo de possibilitar a ordenação do uso racional e sustentável dos recursos naturais disponíveis na orla marítima e fluvial, voltados à subsistência dessa população" (PORTARIA N° 89, 2010, Art. 1). O TAUS garante a permanência e, de certa forma, o direito ao território. No entanto, para que seja concedido o TAUS, as comunidades precisam ter muito engajamento comunitário e apoio jurídico, uma vez que essas áreas estão sujeitas, por vezes, a conflitos fundiários. Como outra limitação do TAUS, esse direito não se desdobra em políticas de preservação e fortalecimento cultural das populações tradicionais.

Outra forma que algumas comunidades tradicionais pesqueiras encontraram de garantir o direito ao território foi através da Reserva Extrativista (RESEX), como há exemplo bem próximo de Itamaracá, em Goiana, município vizinho, na RESEX Acaú-

Goiana. As Reservas Extrativistas se caracterizam como Unidades de Conservação e foram consolidadas a partir da Lei Federal nº 9.985/2000, que em seu Art. 18º define:

> Área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade. (Brasil, 2000, art. 18).

No entanto, a grande maioria das comunidades tradicionais pesqueiras no Brasil não se enquadra na categoria de RESEX. Muitas estão em ambientes urbanizados ou em locais que não se configuram como uma Unidade de Conservação.

Na tentativa de garantir de forma mais abrangente o direito ao território e preservar o modo de vida das populações tradicionais pesqueiras, foi entregue à Câmara dos Deputados, em novembro de 2019, o Projeto de Lei 131/2020. Elaborado pelo movimento dos pescadores e pescadoras artesanais (MPP), com apoio de juristas, organizações sociais e pescadores, e mesmo após quase 3 anos de sua apresentação, o PL ainda está em tramitação na câmara dos deputados. Assim, destaco a importância da aprovação da PL 131/2020 como instrumento que visa garantir o direito ao território e ao pleno desenvolvimento cultural das populações tradicionais pesqueiras.

Atualmente, Jaguaribe, assim como várias outras comunidades pesqueiras do Brasil, carece de proteção formal para seu território e cultura, não sendo caracterizado oficialmente como um território tradicional. No entanto, alguns documentos podem

sugerir o entendimento de Jaguaribe como tal, como o Plano de Preservação dos Sítios Históricos (PPSH) de 1978, que menciona que, naquela época, a ocupação de Jaguaribe "se caracterizava basicamente pelos coqueiros e a participação de primitivas casas de pescadores numa harmonia satisfatória". Além disso, o Projeto Orla identifica a área costeira de Jaguaribe como um local passível de aplicação de algum instrumento que garanta a permanência da comunidade na região.

> Os pescadores artesanais se caracterizam como uma comunidade tradicional, nos termos delimitados pela Convenção 129 da Organização Internacional do Trabalho OIT e dos Decretos n. 6.040/2007 e 8.750/2016. (NEGÓCIO, 2021, p. 2)

Por se tratar de uma comunidade tradicional, que possui valores positivos para a sociedade, as comunidades tradicionais pesqueiras são assim um bem cultural, que precisa ser reconhecido como tal e ter políticas públicas direcionadas para a sua preservação. Considerando a invisibilidade existente para essas comunidades, proponho neste trabalho, como forma de ampliar o conhecimento sobre a cultura pesqueira, a **elaboração do inventário dos atributos culturais do território de Jaguaribe**, sendo este meu segundo objetivo específico. Para isso, foi usada como ferramenta de identificação e reconhecimento dos atributos culturais a metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais INRC - IPHAN.

Este levantamento foi feito, ao longo dos meses de novembro e dezembro de 2022, a partir de entrevistas semiestruturadas e aplicação de questionários com a população moradora de Jaguaribe. A participação das pessoas nesse processo é de

fundamental importância para compreensão de Jaguaribe a partir da dimensão das representações sociais, pois são essas pessoas que atribuem ao território significados, símbolos, valores e a sua própria imagem.

Este processo levantou atributos culturais divididos em 4 categorias definidas pelo INRC-Iphan: Celebrações, Formas de Expressão, Ofícios e Modos de Fazer e Lugares e Edificações. O aprofundamento sobre a metodologia de pesquisa, o processo de coleta de dados, assim como a categorização dos bens culturais identificados no território será abordado no segundo capítulo deste trabalho.

Por fim, com os resultados da pesquisa, trago no terceiro capítulo a relação dos atributos culturais na formação da identidade do povo de Jaguaribe. Identidade esta que se mostra profundamente marcada pela pesca, demonstrando a atividade não somente como um trabalho, mas como um modo de viver, que permeia todas as práticas cotidianas e molda o ambiente construído da comunidade. E com isso chego ao terceiro objetivo específico: **revelar a relação da atividade da pesca com os demais atributos culturais do território de Jaguaribe, destacando a interdependência e correlação desses atributos para a constituição da identidade do seu povo.**

> Minha ciranda não é minha só, ela é de todos nós (...) Pra se dançar ciranda, juntamos mão com mão, formando uma roda, cantando uma canção. (ITAMARACÁ, 2000)

Assim como em uma ciranda de Lia de Itamaracá, à beira mar de Jaguaribe, convido você a juntar forças à luta das comunidades tradicionais pesqueiras, em seus

mais diversos desafios, e caminhar de mãos dadas com o povo de Jaguaribe ao longo da leitura deste trabalho de conclusão de curso.

Figura 3 - Paisagem da Ilha em mar aberto. Fonte: Autoria própria.

1. Jaguaribe como campo de forças

1.1. Um território em disputa

Fugindo do comum das maiorias das narrativas que descreve a história das ocupações das terras brasileiras sob uma perspectiva eurocêntrica, opto por narrar a história da ocupação de Jaguaribe sob a ótica daqueles que realmente viveram essa terra, que marcaram o chão com a pisada forte e descalça do Toré[2]. Jaguaribe, assim como todo o território do Brasil, é, e sempre foi, apesar das invasões, originalmente um território indígena.

Inicio este capítulo a partir desta provocação, pois, no momento em que escrevo esse texto, o Supremo Tribunal Federal está debatendo a polêmica tese do Marco Temporal, assim denominado Projeto de Lei 490/2007. Esta tese sustenta que somente as terras ocupadas de forma comprovada por comunidades indígenas até 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição, poderão ser consideradas passíveis de demarcação como território indígena.

[2] Presente nas manifestações culturais de diversos povos indígenas que vivem no Nordeste, o Toré é um ritual que une dança, religião, luta e brincadeira. (Instituto Sócio Ambiental, https://mirim.org/, 2023).

Adoto as palavras de Vanessa Kaimbé[3] como as minhas: "O Brasil é terra indígena, é Pindorama". A história destas terras e de seus povos não teve início em 1988, nem mesmo em 1500. Assim como a história de Ilha de Itamaracá e Jaguaribe não se inicia no momento em que os europeus e seus descendentes resolveram tomar posse de novas terras.

A área que se estende desde o litoral norte de Pernambuco, onde se encontra a Ilha de Itamaracá, até o litoral sul da Paraíba, foi historicamente habitada pelo povo Tabajara. Desde a chegada dos europeus à região, os Tabajaras enfrentaram um processo de aculturação e apagamento de sua identidade. A partir de 2006, em um sinal de força e resistência cultural, os Tabajaras iniciaram um processo de organização com o objetivo de reivindicar a retomada de seu território e lutam para que suas terras sejam reconhecidas como áreas de ocupação tradicional. Este território disputado está situado na região litorânea do sul do estado da Paraíba, abrangendo os municípios de Alhandra, Conde e Pitimbu. (MAPA DE CONFLITOS, 2023).

> Durante muito tempo dizia-se que os Tabajaras haviam se extinguido. Fadados ao esquecimento, muitos professores e toda sociedade referiam-se a eles, apenas para aludir à sua presença histórica do período da colonização. (CAVALCANTI; BARCELOS; MOURA, 2016, p. 462)

O povo Tabajara faz parte do tronco linguístico tupi, e é do tupi que provém a origem do nome Jaguaribe. Em uma tradução para o português, temos "yaguar" que

[3] Primeira indígena a ser vacinada contra o coronavírus no Brasil.

significa onça, "y" que significa rio, e "pe" que significa "em". Se traduzindo, portanto, como "rio das onças". A onça, para o povo Tabajara e para tantos outros povos originários das Américas, é um símbolo de resistência e força. Como afirmou Velden (2009), na América indígena, o termo "jaguar" também é uma qualidade, denotando ferocidade. Animais, plantas, objetos e até pessoas podem manifestar seu lado "jaguar".

Em um conto Tabajara, narrado por Auritha Tabajara em um vídeo no YouTube, do canal Festival Nacional de Contadores de Histórias, uma onça é responsável por salvar o povo Tabajara da completa extinção. Ela salva os dois últimos representantes da comunidade Tabajara, um homem e uma mulher, que estavam imersos no processo de aculturação na grande cidade junto aos portugueses. A onça carrega o casal Tabajara em suas costas e os retira da cidade, levando-os de volta ao seu território ancestral. Sendo a onça portanto um símbolo de esperança, força, resistência e afirmação cultural.

Ao longo dos capítulos, poderá ser percebido o “jaguar” presente no povo de Jaguaribe, uma herança cultural direta dos povos originários e dos descendentes de África. Talvez o "jaguar" possa fornecer uma resposta ao questionamento que surgiu quando me aprofundei nas pesquisas sobre o território do bairro, uma indagação compartilhada por Luiz Antônio Simas em 2019, ao abordar a cultura popular carioca em seu livro "O Corpo Encantado das Ruas". Ele se questionava: "como uma cultura insistentemente atacada e negada se reproduz e sobrevive com tanta força?"

A reprodução e sobrevivência da cultura do povo de Jaguaribe não está somente na resistência e na luta contra as diversas formas de ameaças que se apresentam, mas sim, e principalmente, na reprodução da vida, das coisas mais simples do cotidiano. Seja em um momento de fofoca na calçada da igreja ao entardecer, quando se faz uma

sombra no local, ou em uma manifestação como a ciranda de Lia de Itamaracá à beira mar, que assume um maior valor[4] cultural para as pessoas externas.

Isso fica muito representativo ao analisar a etimologia da palavra "Itamaracá", o nome do município onde se localiza Jaguaribe, que também deriva do tupi. Traduzido para o português, significa "pedra que canta", resultando da combinação das palavras "itá", que denota "pedra" e "mbara'ká", que se refere a "chocalho". Representativo, pois além de “jaguar”, de resistir, de lutar, é também um povo que “maracá”, que canta, que celebra. Seja nas águas (y) ou nas pedras (ita), é um povo que celebra e resiste, que não só sobrevive mas, sobretudo, vive seu território. O “maracá” e o "jaguar" assumem a representação encantada da luta e da perpetuação da cultura, sendo assim a “energia vital” de um território.

Para entender como o “Jaguar”, a “energia vital” ou simplesmente a cultura do povo de Jaguaribe se apresenta no território, prosseguirei com uma análise baseada em três dimensões, delineadas por Ulpiano Bezerra de Menezes em seu texto "A cidade como bem cultural", de 2006. Sendo elas: a dimensão do campo de forças, do artefato e das representações sociais.

Essas disputas territoriais, juntamente com os conflitos, as trocas e as interações sociais, fazem parte da dimensão do Campo de Forças. Como nos propõe Meneses,

> A expressão campo de forças é tomada de empréstimo à Física, para ilustrar um espaço definível de tensões, conflitos, de interesses e energias

[4] Este trabalho tem também a pretensão de questionar a escala de valores atribuídos aos bens culturais, mais aprofundado no segundo capítulo.

> em confronto constante, de natureza territorial econômica, política, social, cultural e assim por diante. (MENESES, 2006, p. 35)

Portanto, a análise da situação territorial, bem como alguns dados socioeconômicos de Jaguaribe, está contida no âmbito deste capítulo, dedicado à análise do Campo de Forças. Para análise dessas relações e dessas trocas, me limitarei em considerar o momento atual. Não pretendo fazer um apanhado histórico de como esses conflitos e essas relações foram construídas. Por outro lado, julgo necessário uma breve contextualização socioeconômica e geográfica do território.

A Ilha de Itamaracá está situada na Região Metropolitana Norte do Recife (figura 1). A ilha é cercada pelo canal de Santa Cruz e limitada ao norte pela barra de Catuama e ao sul pela barra de Itamaracá (figura 2). Essa região abriga o maior e mais fértil ecossistema estuarino do litoral pernambucano, de acordo com Coutinho, Sulaiman e Carbone (2018, p. 10). Evidenciando a importância do meio ambiente para Itamaracá, destaca-se que o município possui uma das maiores taxas de remanescentes de Mata Atlântica do estado, alcançando 49%, segundo dados do Atlas da Mata Atlântica de 2018[5]. A riqueza natural da região faz com que o ambiente atravesse a vida cotidiana das populações que ali habitam, influenciando o trabalho, a moradia e as paisagens, resultando em uma cultura profundamente conectada com o ambiente natural. Há assim, uma relação quase de dependência entre os povos e o meio, onde a existência dessa cultura depende da preservação da natureza e vice-versa.

[5] https://www.sosma.org.br/iniciativas/atlas-da-mata-atlantica/

Figura 4 - Localização da Ilha de Itamaracá em Pernambuco. Fonte: Wikipédia

Figura 5 - Ilha de Itamaracá. Fonte: Google

Esta forte relação do meio ambiente com a população é algo marcante atualmente, mas desde as ocupações pelas populações originárias essa relação estava fortemente presente. Além do povo Tabajaras, a região da Ilha de Itamaracá também era ocupada pelo povo Caetés, que, de acordo com Bezerra (2011), eram mestres na arte da pesca e da navegação. Utilizavam redes de pesca, linhas de anzol confeccionadas a partir de ossos, arpões e flechas, sendo conhecidos como um povo habilidoso na arte de conduzir canoas. Isso mostra a forte relação com o mar dos povos que historicamente ocuparam o território da Ilha de Itamaracá.

O mar e a pesca estão até os dias de hoje fortemente presentes no cotidiano da população de Jaguaribe.

Itamaracá conta com cerca de 25 mil habitantes, de acordo com o Censo Demográfico de 2022, dentre eles, 584 possuem cadastros ativos como pescadores artesanais, segundo o registro da colônia de pescadores Z-11 em 2019. Este é um número muito expressivo, considerando as dificuldades de registro e a ausência de uma busca ativa, por parte da Colônia de Pescadores, para o cadastro desses pescadores. Durante o período de pesquisa deste trabalho, não foram encontrados dados socioeconômicos oficiais especificamente sobre Jaguaribe relacionados à ocupação e cadastros de pescadores, o que considero uma limitação da pesquisa.

Apesar da ausência de dados sobre os pescadores de Jaguaribe, não é difícil perceber que a pesca está profundamente marcada na vida de quem vive por lá. Ao fazer uma breve caminhada pelas ruas e pelas praias do bairro, é possível sentir vários sinais que confirmam a informação acima. Seja pela paisagem da praia tomada por jangadas e outros barcos, seja pelo cheiro de peixe vindo das peixarias da orla, ou pelas ruas tomadas de conchas de mariscos. Essa percepção é compartilhada e reforçada por alguns depoimentos colhidos em entrevistas[6]:

> Aqui tem muita gente que vive da pesca. Lá no PDS mesmo, todo mundo é pescador e marisqueira. (Moradora idosa, em entrevista)

> Mesmo quem não pesca pra vender, vai ali na boca do rio pegar uns mariscos, pra fazer uma moqueca pro almoço. (Moradora idosa, em entrevista)

[6] A metodologia de coleta de dados está descrita a partir do capítulo 3.

A ausência de dados e informações sociodemográficas e contextuais sobre a população pesqueira de Jaguaribe é algo sintomático. Isso reflete uma realidade mais ampla, na qual o povo da pesca artesanal em todo o território brasileiro carece de reconhecimento e visibilidade, tanto por parte da sociedade quanto do Estado. Esse cenário de falta de reconhecimento os torna vulneráveis do ponto de vista legal, sujeitos a diversos riscos e ameaças que podem afetar sua integridade territorial e o pleno desenvolvimento de suas atividades.

Da mesma forma que os povos tradicionais pesqueiros, diversos outros grupos sociais, como os povos quilombolas, indígenas, ribeirinhos, caiçaras e inúmeros outros povos tradicionais do Brasil, também enfrentam o desafio da falta de reconhecimento e visibilidade. Esses povos veem seus territórios constantemente ameaçados, muitas vezes devido ao interesse de indivíduos que buscam explorar suas terras em busca de ganhos pessoais. Esse conflito, caracterizado por um lado explorador e outro que vive o território, é uma narrativa constante na história do país desde 1500, como já evidenciado pelo quase desaparecimento do povo Tabajara em um passado distante e pelo debate atual em torno do Marco Temporal. O Brasil é, portanto, um território em disputa, um grande campo de forças. E isso se explicita nas cidades, que são, assim como patrimônio, um fenômeno social. Território e sociedade são indissociáveis, implicam-se e desenham-se.

1.2. Riscos e ameaças

Problemas precisam ser identificados para que possam ser solucionados. Neste subcapítulo, apresento como alguns riscos e ameaças se manifestam no território de Jaguaribe e afetam sua população, particularmente direcionado à atividade da pesca e a toda a dinâmica em volta. Essas informações foram coletadas por meio de pesquisa secundária e entrevistas como parte da coleta de dados primários. É importante destacar que as situações aqui abordadas não abrangem completamente a complexidade da problemática; portanto, é possível que existam outros riscos e ameaças que não foram identificados durante o processo de pesquisa e coleta de dados, assim como precisaria de uma avaliação de riscos para classificar outras possíveis ameaças.

Para apresentar as ameaças que afetam o território de Jaguaribe, sua população e sua cultura, tenho a intenção de categorizá-las em duas abordagens distintas: ameaças diretas e ameaças indiretas. As ameaças diretas se manifestam no ambiente físico, sendo visíveis no próprio território, enquanto as ameaças indiretas operam no domínio das ideias e da retórica. Embora apresentadas de formas diferentes, essas duas categorias estão interligadas e se complementam, ambas têm impacto, seja para um apagamento cultural ou para uma desterritorialização. Neste momento, apresentarei as ameaças diretas, enquanto as ameaças indiretas serão discutidas no subcapítulo subsequente.

Dado que a dinâmica cotidiana da comunidade de Jaguaribe está intrinsecamente ligada aos ambientes naturais, qualquer forma de potencial ameaça a esse ecossistema tem um impacto direto na vida do povo de lá. Neste contexto, podem ser identificados dois fatores que foram identificados como riscos em potencial para os ambientes naturais de Jaguaribe. O primeiro deles é a carcinicultura ao longo do estuário do Rio Jaguaribe, que envolve a criação de camarões em viveiros. Essa atividade compromete a integridade do manguezal, que serve como habitat para diversas espécies de peixes em suas fases juvenis, além de ser a fonte de captura de vários crustáceos e moluscos para o consumo e venda da população, afetando diretamente o estoque pesqueiro da região. Os impactos negativos da carcinicultura podem se manifestar a curto ou longo prazo e incluem o desequilíbrio ecológico, a contaminação ambiental, surtos de doenças, entre outros (Paul & Vogl, 2011)

Figura 6 - viveiros de Carcinicultura. Fonte: Google

Além da carcinicultura, outra ameaça significativa à integridade ambiental da região é a implantação de grandes indústrias nas cidades vizinhas à Ilha de Itamaracá, como Itapissuma, Igarassu e Goiana. Estas indústrias estabelecem suas operações em proximidade à Área de Proteção Ambiental (APA) de Santa Cruz, e existe uma preocupação sobre a possível contribuição para a poluição das águas do Canal de Santa

Cruz com metais pesados, o que pode resultar na contaminação dos organismos marinhos da região, incluindo as ostras.

> A ostra nativa é um fruto do mar bastante consumido e por ser um bivalve de hábito filtrador é considerado um excelente bioindicador ambiental. (...) Foi identificada a presença de pesticidas e íons metálicos no organismo de ostras capturadas no canal de Santa cruz para análise invitro. (SOUZA, 2016).

Essas mesmas indústrias também contribuem para outra forma de ameaça, especificamente relacionada aos ofícios da população. Isso está ligado a uma ameaça indireta, que é a falta de reconhecimento da pesca como uma forma de trabalho, bem como a ausência de garantias trabalhistas para os pescadores. Fazendo com que muitos jovens, descendentes de famílias de pescadores, optem por trabalhar nessas indústrias, em vez de dar continuidade à tradição familiar.

Ainda sobre a questão do trabalho e do afastamento dos jovens com as atividades pesqueiras, outro risco que se apresenta nesse sentido, mas que impacta diretamente na integridade territorial e cultural é a dinâmica do tráfico de drogas. Conforme mencionado por uma moradora em entrevista, "*hoje em dia os meninos não querem mais saber de pescar, são poucos os que seguem, preferem dinheiro mais fácil, com as drogas*" (moradora idosa, em entrevista). O tráfico, além de afastar os jovens das atividades da pesca, se mostra como um risco ao território, uma vez que por conta do medo da violência, muitas famílias optam por se mudar da comunidade. Segundo a

mesma moradora “Aqui mesmo, muita gente já se mudou, tá muito violento, de vez em quando matam um” (moradora idosa, em entrevista).

Mesmo que não tenhamos dados estatísticos dessa inserção dos jovens, podemos dizer, pelo depoimento da moradora, que há um sentimento de ameaça e perda.

Como uma última ameaça abordada neste estudo, destaco a questão do turismo predatório. Nas décadas de 1980 e 1990, Itamaracá figurou como um dos principais destinos turísticos do Nordeste (OLIVEIRA, et al. 2010). Similarmente ao que ocorre atualmente em Porto de Galinhas, a Ilha de Itamaracá experimentou um boom turístico seguido por um declínio abrupto, em grande parte devido à falta de regulamentação e ao desenvolvimento desenfreado do setor, sem um planejamento adequado.

Os efeitos dessa exploração excessiva do turismo na ilha persistem até os dias atuais, manifestando-se na predominância de casas utilizadas como residências de final de semana e feriados (veraneios). Durante as décadas de auge do turismo, a rotina da população sofreu mudanças drásticas, dando origem a novas profissões, como caseiros, cozinheiras em residências de veraneio e diaristas.

> As ilhas são arquétipos do imaginário coletivo humano que evocam diversas representações e remetem a ideias de aventuras, paraísos, prisões e até riscos. A peculiaridade geográfica de serem porções de terra menores que os continentes e cercadas de água por todos os lados confere às ilhas status de um mundo exótico, diferente de qualquer lugar. Ilha da Ciranda, Ilha do Amor, Ilha da Fantasia são alguns dos slogans atribuídos a Itamaracá para comercializar suas paisagens. (ASSIS, 2003, p.118)

Essa dimensão de atrativo turístico repercute, nas palavras de moradora idosa da ilha, em figuras de fora, num outro que não é o habitante:

> Antigamente, nos finais de semana, lotava tudo, vinham muitos ônibus, veranistas, turistas, os bares ficavam cheios. A praia lá no pontal ficava tomada de barracas, com o pessoal acampando. E vinha muitos barões, pessoal com dinheiro, muitos políticos. (moradora idosa, em entrevista)

Neste período de auge do turismo na Ilha, era uma ocorrência frequente, nos finais de semana, a presença de shows de Reginaldo Rossi, que tinha uma casa no município. Além de desfrutar das praias, do sol e do ambiente festivo, ele ocasionalmente fazia apresentações, depois de algumas doses de cuba libre[7], para quem estivesse presente nos pontos de encontro da época, como a Praça do Pilar e nas proximidades dos bares Sargaço, Barbatana e Cabana.

Apesar da falta de organização e planejamento, as celebrações que ocorriam e atraíam diversos veranistas para a Ilha eram bem recebidas pelo povo de Jaguaribe. Como expressado por uma moradora: "As festas no Barbatana eram muito boas, juntava um monte de gente. E no sargaço também, quando Lia cantava por lá".

Na minha memória, a festa, a celebração e a comemoração é algo marcante no cotidiano do bairro e seu povo, que aproveita qualquer oportunidade para celebrar a vida. Qualquer acontecimento, por mais banal que seja, como ganhar cinquenta reais no jogo do bicho, é motivo de se reunir com os amigos e beber uma cerveja gelada,

[7] Drink a base de Rum e Coca-cola.

acompanhada de uma panela fumegante de moqueca, de um peixe fresquíssimo pescado pela manhã.

Figura 7 - Pescadores comemorando. Fonte: Acervo pessoal. Autor: Desconhecido

Um exemplo da importância da celebração para o povo de Jaguaribe é o chamado "dominguinho", uma celebração que reúne pescadores em alguns dos bares da comunidade todas as segundas-feiras. Nesse evento, cada pessoa traz um "tira-gosto"[8], geralmente frutos do mar, como moquecas, fritadas, peixes fritos, mariscos, polvos, entre outros pratos. Essa celebração pode ser vista como uma forma de ironia em relação àqueles que estão presos em empregos "formais" e precisam seguir uma rotina de trabalho nas segundas. É como se expressassem de forma não verbal, mas por meio do corpo festivo: "Nós sabemos como viver a vida".

Claro, não podemos romantizar demais essa situação, uma vez que o alcoolismo é algo muito preocupante, sobretudo para os homens de Jaguaribe. Pois, embora não disponhamos de dados concretos, fica evidente, pela percepção e pelos relatos, a grave situação de dependência química (álcool), especialmente entre a população masculina ligada à pesca. Apesar disso, não podemos negar que é uma forma de celebração que enche o território de significados, de sentidos, de valores, ou seja, de vida.

Apesar da falta de reconhecimento como um bem cultural, que merece ser fortalecido e valorizado como tal, são as práticas, as trocas sociais e as interações, mesmo as mais simples do cotidiano, como o “dominguinho”, que dão sentido ao ambiente físico. Esse campo de força, do qual faz parte as interações sociais, ele não acontece em um ambiente fictício, mas sim nos espaços reais, seja em uma mesa de bar, à sombra de uma castanhola, à beira-mar de Jaguaribe ou na capela Bom Jesus dos Passos com valor arquitetônico atribuído.

[8] Petiscos que normalmente acompanham bebidas alcoólicas.

E com essa provocação fica o questionamento: quem tem o poder final de eleger algo como um bem cultural ou não? Será o povo que vive ou o povo explora o território?

> A cidade, a rigor, anda sendo pensada como o futebol: disciplinada onde devia ser espontânea, esculhambada onde devia ser organizada, mais gerenciada que vivida, mais pensada como empreendimento de gestão que como paixão. Parece que não estamos nela e ela não está em nós, a não ser como lembrança. Não nos reconhecemos na cidade como não reconhecemos o jogador na camisa do clube. (SIMAS, 2019, p. 74, 75)

Essa compreensão da cidade como algo a ser gerido, formalizada, dentro de um padrão a partir de valores tecnicistas, centralizadores e sobretudo capitalistas, talvez seja a principal matriz de riscos e ameaças sobre a cidade vivida, celebrada, sobre Jaguaribe.

Figura 8 - Peixxes em galeia 2. Fonte: Autoria própria.

2. Jaguaribe como representação e artefato

2.1. Um discurso em disputa

Abordarei aqui, Jaguaribe na dimensão da representação de uma forma associada ao território, ou seja, coletiva, levada em conta a construção social desse imaginário. Pois, a análise das subjetividades individuais, poderia me fazer cair na armadilha de tentar atribuir e fazer juízo de valor a identidades alheias. A percepção sobre o imaginário coletivo, não terá um capítulo específico, ele está posto ao longo de todo o trabalho dentro das análises do campo de força, do relato vivido por mim no subcapítulo a seguir, e nas descrições dos bens culturais levantados.

Para além dos riscos e ameaças diretos que afetam a população de Jaguaribe, especialmente os pescadores, conforme discutido no capítulo anterior, existem também desafios disputados no campo do imaginário, da retórica, que impactam significativamente a vida cotidiana da comunidade. Esses desafios surgem principalmente devido à invisibilidade e à falta de reconhecimento da cultura local e de sua importância por parte do poder público. Isso se traduz na ausência das garantias necessárias para a preservação plena da cultura e sua reprodução no território.

O estado com suas políticas, infelizmente, não é comandado pelas pessoas que vivem e celebram o território, mas sim, majoritariamente, por aqueles que exploram o território, no sentido do acúmulo de riquezas pessoais.

A falta de reconhecimento e visibilidade se torna evidente quando percebemos que, atualmente, não existe uma política de preservação para Jaguaribe e seus bens culturais, como já aprofundado na introdução deste trabalho. O que temos, de forma isolada, é o reconhecimento de Lia de Itamaracá como patrimônio vivo de Pernambuco. No entanto, a ciranda de Lia não surgiu de maneira abstrata. É possível que Lia jamais tivesse cantado ciranda se tivesse nascido em outro local ou convivido com diferentes pessoas. A ciranda de Lia nasceu em Jaguaribe porque encontrou sentido no ambiente físico, nas dinâmicas sociais e em toda a subjetividade coletiva envolvida.

Assim como o ambiente proporcionado pelo território de Jaguaribe influenciou no surgimento da ciranda cantada por Lia, a ciranda de lia afeta de forma positiva o território de Jaguaribe. Os bens culturais não estão vivos em sua essência se outros bens culturais que dão sentidos a eles também não estiverem. Portanto, não é possível imaginar que o território, esse espaço onde todos os bens culturais encontram sentido de existir, não seja também um bem cultural.

Sendo Jaguaribe um bem cultural, que dá sentido à existência de tantos outros bens culturais, ao mesmo tempo que é alimentado de sentido por esses bens, ele precisa ser compreendido em sua totalidade, ou seja, serem reconhecidos também os bens que dão suporte e são suportados pelo território de Jaguaribe. Pois, um não vive sem o outro. E sim, os bens culturais têm vida, mesmo que não no sentido biológico da palavra.

Jaguaribe, como um bem cultural, não é aquele delimitado cartograficamente como bairro pelas leis urbanas. Esse Jaguaribe formal está de certa forma garantida a sua existência. Jaguaribe não é somente um nome atribuído a um pedaço de terra, pois, visto dessa forma ele não tem vida. A garantia da existência e da perpetuação da vida de

Jaguaribe passa pelo seu reconhecimento como bem cultural, assim como o reconhecimento de todos os bens culturais que são vividos por lá.

O “Jaguaribe” que tem vida, assume o sentido de território, que é, portanto, o lugar onde os bens culturais encontram sentido de existir, lugar também de reprodução das interações sociais e da materialização da memória. Esse território, em suas mais diversas escalas, seja uma rua, um bairro, ou uma cidade, para que possa ser suporte da memória, ele precisa ser preservado, se assim o fizer sentido para o seu povo.

Uma das possibilidades formais que avança em direção ao reconhecimento de Jaguaribe e, por conseguinte, à preservação de sua cultura, envolve a caracterização de Jaguaribe como um Território Tradicional Pesqueiro.

A pesca, como poderá ser percebido ao longo dos capítulos, é um bem cultural que atravessa o ambiente físico, social e o imaginário. Talvez sendo, junto com o próprio território, o principal vetor de sentido para quase todos os bens culturais.

Longe de mim estar aqui fazendo atribuição de identidades sobre qualquer povo que seja. Caracterizar um Território como Tradicional Pesqueiro é, antes de qualquer outra coisa, uma atribuição social, garantista de direito, de reconhecimento. Assim como todo território tem suas características únicas, os Territórios Tradicionais Pesqueiros são diferentes entre si. Claro, podem possuir várias características que os assemelham, como ter a pesca como um dos principais vetores da vida cotidiana. Mas é preciso reconhecer o que os tornam únicos, pois são essas características que fazem sentido para aquele povo.

Me intriga a abordagem tipificadora e folclorizada que, em partes, a sociedade e o estado enxergam as Comunidades Tradicionais. Sendo colocadas em uma “caixinha

dos diferentes", como se fora dessa caixa existisse uma amálgama identitária e social, onde todos compartilham uma imagem comum de si, ou pelo menos comum em ser diferente dos que estão dentro das "caixas". Reforçando com isso alguns tipos de preconceitos.

> Nosso racismo epistêmico, que muitas vezes se manifesta em curiosa simpatia pela "macumba", no fundo não reconhece esses saberes como sofisticados e libertadores, mas apenas como peculiares e folclorizantes. (SIMAS, 2019, p. 23)

Aprendi com o professor Luiz de La Mora, que foi um dos principais tutores na minha formação acadêmica, que não existe um saber maior ou melhor do que outro saber, da mesma forma que acredito não existir uma identidade melhor ou maior do que outra.

Assim como nas disputas no campo das ideias, da retórica, do imaginário, a identidade é ponto central nas disputas de formas práticas, como na política, e nas disputas pelos territórios. Silvio de Almeida (2018), Fala que os grupos dominantes sempre usaram do discurso identitário como forma de afirmar sua dominação sobre outros grupos, atribuindo valores positivos sobre a sua identidade frente às demais: "Eu sou homem", "eu sou cristão".

> A Ciência, quando considerada no singular e com “C” maiúsculo, pode de fato ser descrita como uma conquista generalizada propensa a traduzir tudo o que existe em conhecimento racional, objetivo. Em nome da Ciência, um julgamento foi atribuído à vida de outros povos, e esse julgamento também prejudicou gravemente nossas relações com nós mesmos. (STENGERS, 2017)

Já os grupos sociais oprimidos afirmam suas identidades como forma de sobrevivência, de existência. Dentro das disputas territoriais nas cidades brasileiras essa questão da identidade deve ser abordada também como ponto central. Pois, os grupos dominantes que podem ser identificados majoritariamente, dentro daquele universo, como homens brancos, ricos, de famílias tradicionais, empresários, sobrepõe seus interesses pessoais, a partir da lógica do lucro, sobre os interesses dos grupos relacionados, a partir da identidade e da memória, com os territórios.

A cadeia de valores atribuídos aos bens culturais, para que possa ser reconhecida a importância de sua preservação, seja por meio da caracterização como patrimônio ou um território tradicional, está sujeita a um campo de forças que envolve a política brasileira, ou seja, está na balança também os pesos dos interesses das pessoas que exploram o território, assim como todo seu julgamento sobre as identidades alheias.

> Na definição oficial, os elementos culturais aparecem inter relacionados historicamente e construídos em sistema. A ênfase desta definição recai sobre o valor atribuído localmente a estes elementos, aos significados atribuídos pelos sujeitos. Porém, a condição de patrimônio passa também

> pela sua expressão e reconhecimento na esfera pública, na aplicação de políticas onde estão em jogo negociações e conflitos (ARANTES, 2007-2008)

2.2. Os sentidos, símbolos e significados

> "O espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem, uma à outra, nada permanece em nosso espírito, e não seria possível compreender que pudéssemos recuperar o passado, se ele não se conservasse, com efeito, no material que nos cerca." (HALBWASHS, 1990)

As interações sociais, como delineadas na dimensão do campo de forças anteriormente mencionada, não ocorrem em um ambiente abstrato, mas sim em um cenário materializado - o território, que se manifesta como uma realidade física. Este território, um artefato tangível, interage com os indivíduos, assim como as pessoas interagem com ele, através dos sentidos como meio de conexão. Portanto, a experiência de viver o lugar é física, antes de qualquer outra forma. Sendo aqui representada como a dimensão do artefato, como sugere Meneses.

> A cidade é coisa feita, fabricada. Artefato, no sentido mais genérico, é um segmento da natureza física socialmente apropriado, isto é, ao qual se impôs, segundo padrões sociais, uma forma ou uma função ou um sentido (seja conjuntamente, seja isoladamente ou em diversas combinações). (MENESES, 2006, p. 35)

Ao longo deste subcapítulo, será exposto uma compreensão do território com base nos sentidos, a fim de proporcionar uma visão mais profunda do meio físico de Jaguaribe. Essa compreensão se origina, em grande parte, da minha observação pessoal do cotidiano e da minha experiência ao longo de toda a minha vida. Portanto, o que será apresentado aqui reflete uma percepção pessoal de como eu sinto o território, e como esse território marca minhas subjetividades. Essa percepção pode ser compartilhada por outras pessoas, mas, para entender se seria algo compartilhado ou não, precisaria ter um processo de investigação sobre essas percepções, que, por conta de limitações da pesquisa, não me ative no escopo deste trabalho de graduação. Deixo esse aprofundamento sobre a percepção do meio físico, a partir dos sentidos de outras pessoas, para uma possível pesquisa futura.

Não teria sido possível desenvolver este trabalho estando em qualquer outro lugar fisicamente. Cada etapa, desde a coleta de dados em campo até a pesquisa secundária e a escrita deste trabalho, foi realizada comigo presente de forma física em Jaguaribe. Para experienciar Jaguaribe de maneira autêntica e viva requer a presença no território. Portanto, transmitir em palavras escritas experiências tão pessoais relacionadas aos sentidos não é uma tarefa simples. Isso exige um certo grau de habilidade de comunicação da minha parte e um poder de abstração por parte de quem está lendo.

Não me recordo da primeira vez que estive em Jaguaribe, pois provavelmente estive lá várias vezes antes mesmo de nascer. No entanto, as primeiras lembranças mais vívidas que tenho são da infância, quando os meus sentidos começaram a registrar memórias. Nessa época, eu costumava viajar para lá praticamente todos os fins de semana e feriados com minha mãe para visitar a família, e arrisco dizer que Jaguaribe

foi o primeiro território onde tive a oportunidade de verdadeiramente experienciar, celebrar e vivenciar de forma física.

Quando tento buscar as memórias mais antigas das minhas idas para Itamaracá, uma das primeiras lembranças que me vêm à mente são as viagens de ônibus que eu fazia com minha mãe até lá. A chegada à Ilha sempre foi o ponto alto da jornada, ansiosamente aguardada durante as quase duas horas de viagem, muitas vezes acompanhadas de um enjoo causado pelo balanço do ônibus. Quando o ônibus finalmente se aproximava da ponte que liga o continente, no município de Itapissuma, à ilha, todos os passageiros se viravam rapidamente para a janela para apreciar a paisagem do Canal de Santa Cruz. Era um cenário com suas canoas coloridas ancoradas e toda a beleza natural da região. A sensação proporcionada por essa vista compensava qualquer desconforto e demora na viagem, pois simbolizava a chegada a um lugar onde eu poderia brincar na rua, tomar banho de mar, andar nos manguezais, colher araçás, mangas e cajus nos quintais dos outros e pescar com meu irmão e com meus tios, ou catar mariscos com minha mãe e minhas tias. Era como atravessar um portal para um mundo mais encantado, uma sensação que me acompanha até os dias de hoje sempre que chego à Itamaracá.

A maneira encantada como as crianças veem o mundo talvez seja a mais genuína e fiel à essência que o território pode transmitir através dos sentidos. As crianças não estão tão endurecidas pela vida, não estão tão moldadas pelo campo de forças, embora também sejam afetadas por ele. Entretanto, à semelhança do capítulo anterior, restringirei minha descrição de Jaguaribe como um artefato e representação com base nos sentidos que experimentei mais recentemente, talvez com um toque menos de encanto. Isso me permitirá transmitir uma realidade mais próxima do que é vivido

atualmente na região. Nem tudo o que foi vivenciado permanece vivo na memória, e depender apenas do que ainda está retido na memória me limitaria a descrever Jaguaribe de forma excessivamente espetacular. Portanto, faço uma delimitação temporal para este relato, focando no período de produção deste capítulo, que compreende o final de semana de 09 e 10 de setembro de 2023.

A ida para Itamaracá, como na minha infância, ocorreu de ônibus, que desta vez estava notavelmente cheio devido ao fim de semana logo após o feriado de 07 de setembro. Esse período marca a abertura da temporada de verão para muitos pernambucanos, quando as pessoas decidem ir à praia após meses de chuvas. Diferentemente da infância, desta vez não experimentei enjoo durante a viagem, mas a travessia da ponte compensou o calor dentro do ônibus lotado.

Ao desembarcar em Jaguaribe e sair do ônibus, imediatamente percebi que o clima de festa já estava tomado. Embora fossem apenas nove da manhã, as mesas nas calçadas já estavam preparadas com petiscos e garrafas de cerveja espalhadas por todo o bairro. As caixas de som já estavam nas alturas, tocando em sua maioria músicas de brega como Pablo do Arrocha, Zezo e Reginaldo Rossi. A areia da praia estava repleta de guarda-sóis coloridos, enquanto crianças corriam e nadavam para todos os lados, sem se preocupar muito com a possibilidade de se queimarem pelo sol.

O som do brega atravessou todo o dia. À tarde, esse som se misturava ao barulho das ondas da maré alta batendo na areia da praia. Nesse momento, a praia começava a se esvaziar, e as pessoas, com tons de bronze a mais na pele e um certo entusiasmo devido ao álcool, começavam a retornar para suas casas na ilha ou em outros lugares, lotando novamente os ônibus.

À medida que se aproximam das seis da tarde, com o sol já um pouco menos quente e as ruas um tanto mais tranquilas, muitos moradores, especialmente os mais idosos, começam a ocupar as ruas. Alguns vão em busca de pães quentinhos, outros se reúnem para fofocar à sombra das árvores, enquanto alguns formam fila na banca do jogo do bicho. Afinal, é sábado, e para muitos habitantes de Jaguaribe, assim como em todas as quartas-feiras, é uma rotina arriscar a sorte na "federal"[9]. Cada um traz suas próprias superstições, que vão desde a placa de um carro estacionado em frente à sua casa até a data de nascimento de um parente.

À noite, o ritmo do brega continua pulsando, agora em harmonia com os sons noturnos da natureza: dos sapos e o canto dos grilos. Esses sons são tão constantes que, se não prestarmos muita atenção, o cérebro pode nos iludir, fazendo-nos pensar que não estamos mais ouvindo. Fico imaginando que o som dos grilos se tornará uma trilha sonora constante em minha mente por um bom tempo. Todos esses sons se entrelaçam com o microfone da igreja, que ecoa durante a missa. É difícil imaginar o que passa pela mente de cada fiel durante esse momento de devoção, mas arrisco dizer que muitos, além de celebrar os santos e seus deuses, também fazem suas preces em busca de acertar os números da Federal ou de garantir pescarias fartas ao longo da semana.

Na madrugada, precisamente às três e meia da manhã, saímos, meu irmão e eu, em direção a uma pescaria em alto mar. Os sons dos bregas e da igreja já não fazem parte do cenário, mas os grilos e sapos ainda se fazem ouvir. Durante nossa caminhada da casa até a praia, passamos na frente da capela do Bom Jesus dos Passos. Nesse

[9] A Loteria Federal, conduzida pela Caixa Econômica Federal, guarda semelhanças com o jogo do bicho, mas difere ao operar dentro da legalidade.

momento, meu irmão faz o sinal da cruz[10], pedindo por proteção e uma boa pescaria. Dessa forma, iniciamos uma jornada repleta de sentidos, simbolismo e significado, mas com uma forte relação com o meio físico.

Após passar pela capela, chegamos à área das caiçaras, onde os pescadores armazenam seus equipamentos de pesca. Ali, encontramos outros pescadores aguardando seus parceiros de pesca. Nesse momento, acompanhados por uma brisa fria vinda do mar, as conversas e fofocas começam a fluir, enquanto compartilham as experiências do sábado de celebrações. Também aproveitam para observar as condições climáticas, o vento, as nuvens e o tamanho das ondas, avaliando se é seguro prosseguir com a jornada. À medida que todos os pescadores se reúnem, começam os preparativos para transportar os equipamentos das caiçaras para os barcos e jangadas que estão à beira-mar.

Como parte de um ritual de conexão com a natureza e o ambiente, todos os pescadores deixam seus chinelos nas caiçaras antes de se dirigirem descalços para os barcos. Segundo eles, usar calçados no mar traz má sorte e prejudica a pescaria. É claro que sempre segui essa tradição e também deixei meus chinelos nas caiçaras. Depois de organizar os equipamentos na jangada, todos embarcam, mas não sem antes molhar os pés na água morna da madrugada. Sim, a água costuma estar quente nesse horário. Além de molhar os pés, os mais supersticiosos também umedecem as pontas dos dedos e fazem novamente o sinal da cruz.

[10] Movimento feito com as mãos, no formato de cruz, que representa pedido de benção no catolicismo.

Enquanto navegávamos mar adentro, o som do motor nos acompanhava. A paisagem costeira, com suas lâmpadas amareladas e a capela em destaque, ia ficando cada vez mais distante à medida que nos afastávamos na escuridão. Nesse momento, apenas aqueles com experiência na pesca sabem exatamente para onde estão indo, usando pontos de referência na terra, estrelas e a lua. Falando em lua, naquela noite ela estava em quarto crescente, o que tornava a navegação mais segura, já que a maré durante essa fase costuma ser menos perigosa. A lua, com metade de seu brilho, permitia uma ampla visão das estrelas enquanto lançava seu reflexo prateado sobre as águas do mar.

Aos poucos, os primeiros raios de sol começam a aparecer, iluminando a costa e revelando outras referências além da capela. Com o sol completamente visível, já tão distante que mal conseguimos distinguir a paisagem da ilha, finalmente chegamos ao local de pesca, auxiliados pelo sinal de GPS, pois, estando durante o dia, não é possível avistar as estrelas e, estando distantes da terra, não se tem pontos de referência para orientação. É então que é iniciado o processo de retirar os covos[11] que estão no fundo do mar, um após o outro. A expectativa toma conta enquanto os covos são içados. As águas cristalinas do alto mar, com sua tonalidade quase roxa, permitem ver de longe os covos emergindo à superfície. Mesmo lá embaixo, já é possível identificar se estão cheios de peixes ou não. Quando o marrom das madeiras dos covos se mistura com o vermelho de espécies como ciobas, dentões e saramunetes, sabemos que a pesca foi boa.

[11] Armadilha de madeira e tela de dimensões modestas, geralmente com cerca de 1 metro cúbico, é posicionada no fundo do mar, onde os peixes entram, mas não conseguem sair. Esta armadilha é fixada ao fundo marinho por meio de âncoras e os pescadores realizam a coleta semanalmente.

Se o enjoo não surgiu durante a viagem de ônibus, ele ameaçou chegar no momento da puxada dos covos. O balanço da jangada, que fica parada nesse momento, e o som do motor cessando, proporcionam um momento propício para o enjoo, enquanto o único som audível é o choque da proa[12] da jangada nas ondas que passam. No entanto, a ameaça de enjoo foi passageira, pois em seguida o motor foi ligado novamente e a jangada rumou de volta à praia.

Ao se aproximar da praia já é possível avistar a areia tomada de guarda-sóis e, à medida que nos aproximamos ainda mais, o som do brega já pode ser ouvido, misturado dessa vez com o som do motor. O cheiro de peixe toma conta do ar, enquanto a fome aperta. Neste momento todos do barco já estão pensando no "mexidinho"[13], que desta vez foi deixado para ser cozinhado em terra, já que não foi levada panela para seu preparo.

À medida que nos aproximamos da ancoragem à beira-mar, já pode ser notado o movimento dos bugigueiros[14] que se reúnem nas proximidades das caiçaras. Eles correm para ver a pesca e oferecem ajuda para transportar os peixes do barco até a peixaria, onde serão vendidos, garantindo assim sua parcela de peixes em troca do trabalho prestado.

Antes de levarem os peixes para a venda, os pescadores fazem uma seleção dos que desejam levar para casa, reservando-os para as refeições da semana. Outra parte dos peixes é destinada à preparação do famoso mexidinho. Para isso, montam um fogareiro

[12] Parte da frente da embarcação.

[13] Comida típica do momento do regresso da pesca, descrita com mais detalhes no terceiro capítulo.

[14] Modo de fazer específico, descrito no terceiro capítulo.

improvisado, utilizando um latão de tinta de 20 litros e pedaços de madeira. O fogo é constantemente alimentado com pequenos jatos de óleo diesel, retirado dos motores, para acelerar o cozimento do mexidinho, pois a fome já aperta faz algum tempo.

Após a conclusão do cozimento, o caldo é utilizado para preparar um pirão consistente, que é despejado sobre uma mesa de plástico simples, lavada rapidamente apenas com um pouco de água corrente. Com o pirão e os peixes dispostos sobre a mesa, os pescadores começam a saciar a fome, acompanhando a refeição com litrões de cerveja gelada. Ao fundo, o brega continua tocando, enquanto o aroma da pimenta se mistura com o cheiro das roupas ainda úmidas e impregnadas com o cheiro de peixe.

Alguns pescadores continuam a beber e prolongam a farra até mais tarde, mas não foi o meu caso. Logo após a refeição, retomei o caminho de volta para casa. No caminho, ao passar novamente em frente à capela, o chão quente sob meus pés me fez perceber que havia esquecido meu chinelo na caiçara. Rapidamente, retornei e, finalmente, fui me preparar para a viagem de ônibus de volta, evitando assim a aglomeração que ocorre mais tarde, no final da tarde.

Este foi um relato na tentativa de mostrar de forma aproximada e vivida o cotidiano de Jaguaribe a partir desse período em que estive por lá. Muitos dos bens citados ao longo do relato estão descritos no capítulo seguinte, podendo fornecer uma melhor compreensão do território.

Figura 9 - Década de 80, pescador, peixe e caiçara ao fundo. Fonte: Acervo familiar, autoria desconhecida.

3. Compreensão coletiva dos bens culturais

Como apontado anteriormente, compreende-se, a partir de Meneses (2006), a dimensão das representações como muito relacionada às dimensões do artefato e do campo de forças. Para ele,

> [...] as representações, para deixarem de ser mero fato mental ou psíquico e integrarem a vida social, precisam passar pelo mundo sensorial, do universo físico: o patrimônio ambiental urbano tem matrizes na dimensão física da cidade, pois é por meio de elementos empíricos do ambiente urbano que os significados são instituídos, criados, circulam, produzem efeitos, reciclam-se e se descartam. Afinal, a corporalidade é base de nossa condição humana. Além disso, não sendo os significados derivados de nossa constituição genética, nem tendo natureza estável, mas sendo produto de escolha e, portanto, historicamente instituídos, mutáveis e diversificáveis, não são nas coisas selecionadas elas próprias que devemos buscar critérios conclusivos para identificar o que compõe esse sistema de referências e guias. São nas forças que geram os interesses e nos conflitos que podem opô-los uns aos outros e nos jogos variados de proposição, imposição ou negociação que encontraremos as chaves pelas quais certos atributos geométricos e físico-químicos (os únicos imanentes) das coisas permitem sua mobilização a serviço do sentido. Sem as práticas sociais, não há significados sociais. Mas também não há significados sociais sem vetores materiais. É, portanto, apenas dentro do campo de forças e dos padrões segundo os quais elas agem (e valendo-se de suportes materiais de sentidos e valores), que se pode compreender a gênese e a prática do patrimônio (MENESES, 2006, p. 36).

Articula-se no trabalho a dimensão das representações, esse imaginário ancorado nas práticas, nos artefatos e inseridos nos jogos de poder, a partir da ideia de “referência cultural” trazida pela metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais.

Essa articulação é possível quando percebemos que um dos objetivos do Inventário é apreender os sentidos e significados atribuídos ao patrimônio. E é no campo dos significados que as representações se apresentam. O inventário também é uma metodologia, como veremos, que dialoga com a ideia de identidade e memória, dimensões subjetivas, com forte ancoragem na materialidade, que são mediadores de memória, conforme Meneses. Nesse sentido, esse capítulo, fortemente marcado pelo diálogo com as dimensões da materialidade, também apresenta artefatos indissociáveis das práticas e representações.

3.1. Metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais

Como forma de aproximar as discussões sobre o patrimônio cultural para o público geral, assim como, de forma participativa, incentivar a identificação e a valoração das referências culturais das comunidades, surge em 1999, criado pelo Ministério da Cultura, por meio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, a metodologia de Inventário Nacional de Referências Culturais - INRC.

> O INRC é, antes, um instrumento de conhecimento e aproximação do objeto de trabalho do IPHAN, configurado nos dois objetivos principais que determinaram sua concepção:
>
> 1. identificar e documentar bens culturais, de qualquer natureza, para atender à demanda pelo reconhecimento de bens representativos da diversidade e pluralidade culturais dos grupos formadores da sociedade; e
>
> 2. apreender os sentidos e significados atribuídos ao patrimônio cultural pelos moradores de sítios tombados, tratando-os como intérpretes legítimos da cultura local e como parceiros preferenciais de sua preservação. (IPHAN, 2000)

Além de um instrumento de identificação, reconhecimento e valoração das referências culturais, o INRC se mostra também como uma ferramenta de educação patrimonial, uma vez que sua metodologia prevê a participação direta das populações

dos territórios inventariados em todos os processos, desde o levantamento preliminar, identificação dos atributos culturais e a documentação, incluindo a validação de todo o processo. Isso possibilita que as pessoas envolvidas revisitem e compartilhem suas memórias, fortalecendo o sentimento de pertencimento a um grupo social que compartilha de uma identidade cultural comum.

> Quando se fala em “referências culturais”, se pressupõem sujeitos para os quais essas referências façam sentido (referências para quem?). Essa perspectiva veio deslocar o foco dos bens que em geral se impõem por sua monumentalidade, por sua riqueza, por seu “peso” material e simbólico – para a dinâmica de atribuição de sentidos e valores. Ou seja, para o fato de que os bens culturais não valem por si mesmos, não têm um valor intrínseco. O valor lhes é sempre atribuído por sujeitos particulares e em função de determinados critérios e interesses historicamente condicionados. (LONDRES, 2000)

Sendo assim, a metodologia do INRC pode servir como um instrumento de busca ativa no sentido do reconhecimento dos territórios tradicionais. Pois, a educação patrimonial e um maior conhecimento sobre os direitos enquanto grupo social pode permitir, ao fim do processo, uma maior segurança por parte de cada comunidade na autodefinição ou não enquanto Comunidade Tradicional.

> Na definição oficial, os elementos culturais aparecem interrelacionados historicamente e construídos em sistema. A ênfase desta definição recai sobre o valor atribuído localmente a estes elementos, aos significados

> atribuídos pelos sujeitos. Porém, a condição de patrimônio passa também pela sua expressão e reconhecimento na esfera pública, na aplicação de políticas onde estão em jogo negociações e conflitos (Arantes, 2007-2008).

Com base nisto, proponho o levantamento das referências culturais de Jaguaribe, ancorado na metodologia do INRC-IPHAN, como forma de investigação para uma possível caracterização de Jaguaribe como um Território Tradicional Pesqueiro.

O Manual de Aplicação do INRC, de 2000, desenvolvido sob a coordenação do antropólogo Antônio Augusto Arantes, explica a metodologia e dá o passo a passo completo dos questionários e formulários, assim como explana todas as etapas compreendidas pelo Inventário Nacional de Referências Culturais. O processo tem início com a delimitação do universo, ou seja, a definição do território e da questão a ser abordada. Em seguida, abrange a formação da equipe de pesquisa, com a tentativa de envolver a população local, a definição dos procedimentos de coleta, a realização do levantamento preliminar e, por fim, a aplicação dos questionários e fichas de identificação para cada categoria de bem cultural.

Dado o limite de tempo e questões logísticas, este trabalho se concentra especificamente na fase de identificação e levantamento. A fase de valoração dos bens culturais exige um envolvimento maior da comunidade e um aprofundamento qualitativo nos procedimentos de coleta de dados, que podem ser aprofundados em trabalho futuro, que disponha de maior tempo e recursos técnicos.

Como critérios de identificação, o INRC propõe a classificação dos atributos culturais em categorias, que podem sofrer alterações, seja no número total ou na

nomenclatura, a depender da adequação de cada processo de inventário. No levantamento dos bens culturais de Jaguaribe foram consideradas 4 categorias, sendo elas:

Celebrações: Festividades que ocorrem periodicamente e que tenham uma temática específica, como as festas religiosas, festas tradicionais ou eventos que marcam o calendário festivo da comunidade.

Formas de expressão: Modos de se expressar, de se portar, de agir. Ou seja, as formas não linguísticas de comunicação, que seja expressa por um determinado grupo social ou indivíduo reconhecido pela comunidade. Podendo ser, por exemplo, desenhos, músicas, formas de se vestir, de cantar, de se expressar artisticamente.

Ofícios e modos de fazer: Atividades desenvolvidas por conhecedores de técnicas, reconhecidas socialmente e que correspondem a saberes específicos de uma comunidade, mas não atrelado necessariamente a um local específico. Por exemplo, um restaurante tradicional pode representar um saber específico de um território, ele pode estar em qualquer lugar deste território, mas o modo de fazer será reproduzido da mesma forma.

Lugares e edificações[15]: Aqui considera-se espaços de dimensão físicas, construídas ou naturais, ou seja, edificações, ruas, largos, praças, praias, campos, etc. E que tenha uma influência direta nas dinâmicas sociais e no imaginário da população.

[15] É importante destacar que no Manual de Aplicação do INRC de 2000, as categorias de Lugares e Edificações são abordadas de forma separada. Optei por apresentá-las de maneira conjunta neste contexto, visando simplificar a aplicação dos questionários junto à população de Jaguaribe.

Para realizar o levantamento e mapeamento das referências culturais em Jaguaribe, utilizo como referência dois projetos que adotam a metodologia do INRC-IPHAN. Esses projetos são o Guia (co)Memorativo da Boa Vista e o Inventário Cultural de Quilombos do Vale do Ribeira, desenvolvidos pela ONG Massapê e pelo Instituto Sócio Ambiental, respectivamente. As referências a eles serão feitas ao longo do texto.

O Guia (co)Memorativo da Boa Vista foi desenvolvido por duas Organizações da Sociedade Civil, o Massapê, do qual sou cofundador e integrante desde 2016, e a ONG Habitat para Humanidade[16]. Tendo seu financiamento aprovado a partir do edital Matchfunding[17] BNDES+, promovido pelo BNDES[18], em parceria com a Benfeitoria[19]. É importante ressaltar minha participação ativa no desenvolvimento desse projeto.

> A construção coletiva do Guia (co)Memorativo da Boa Vista é um produto que é feito a partir de um processo de participação ampliada, que visa entender a memória, os significados, valores e pensamentos sobre o futuro dos espaços componentes do sítio histórico da Boa Vista, bairro do Centro do Recife (PE), de forma a promover uma continuidade da vida, da identidade cultural e das construções locais. (Massapê, 2019)

[16] Habitat para a Humanidade Brasil é uma ONG que atua há 27 anos promovendo melhorias nas condições de habitabilidade, sobretudo para as populações em situações de risco, e na luta por políticas públicas em prol da vida na cidade.

[17] Modalidade de arrecadação combinada. Nesta ocasião o BNDES triplica o valor pago por cada pessoa.

[18] Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

[19] Canal de financiamento coletivo online, onde pessoas e organizações lançam campanhas com metas de arrecadação financeira.

Por sua vez, o Inventário Cultural de Quilombos do Vale do Ribeira serve de inspiração, pois emprega a metodologia do INRC para catalogar as comunidades tradicionais da Região do Vale do Ribeira de Iguape, que é o maior remanescente de mata atlântica do Brasil. Esta região está situada no litoral sul de São Paulo e norte do Paraná. Essas comunidades mantêm uma relação de interdependência com o meio ambiente, assemelhando-se à relação que a população de Jaguaribe mantém com o seu território.

3.2. Processo de Coleta de dados

O desenho metodológico para a coleta de dados no levantamento das referências culturais de Jaguaribe foi concebido com base na metodologia do INRC e se inspirou nos projetos mencionados anteriormente. Esse processo foi dividido em três etapas distintas: o planejamento da pesquisa, o levantamento e coleta de dados, e, por fim, a consolidação dos resultados, etapas estas descritas a seguir.

Plano de pesquisa:

Esta etapa foi desenvolvida ao longo do mês de outubro de 2022, nela foi definido todo o escopo de pesquisa e o plano de ação para as etapas seguintes. Partindo da problemática já estabelecida, de levantamento dos bens culturais de Jaguaribe para a sua compreensão a partir das três dimensões definidas por Ulpiano Bezerra de Menezes, avancei para delimitação do território a ser inventariado.

Diante do desafio de definir claramente o território a ser incluído no inventário, uma vez que as dinâmicas socioculturais frequentemente ultrapassam fronteiras geográficas, optei por utilizar como referência para delimitação da área a ser inventariada a ocupação da linha costeira do bairro de Jaguaribe.

No que diz respeito aos instrumentos utilizados para a coleta de dados primários, foram escolhidos questionários semiestruturados, selecionando uma amostra aleatória simples. Para esta amostra não foi considerado necessário realizar um cálculo representativo da população total, uma vez que o levantamento tem como objetivo

principal a identificação dos bens, em vez de avaliação quantitativa. No entanto, foi estabelecido como critério a aplicação de no mínimo cinco questionários em cada grupo etário estratificado, distribuindo-os de forma proporcional entre os gêneros. Esses grupos incluem adolescentes com idades entre treze e dezessete anos, jovens adultos entre dezoito e trinta anos, adultos de trinta e um a sessenta anos e idosos com mais de sessenta anos.

Foi escolhido pelo uso de entrevistas como um segundo método de coleta de dados primário, com o propósito de aprofundar a compreensão acerca dos bens culturais identificados durante a fase de aplicação dos questionários. O objetivo das entrevistas foi proporcionar uma descrição mais detalhada desses bens culturais. Foi utilizado um formato de entrevista semiestruturada, que incluía questões específicas sobre os bens culturais, ao mesmo tempo em que permitia espaço para questões adicionais fora do roteiro, quando apropriado.

No que diz respeito à seleção dos entrevistados, foi optado por escolher indivíduos que fossem representativos da comunidade e que possuíssem um profundo conhecimento dos bens culturais identificados. Essas pessoas foram recomendadas pelos próprios participantes dos questionários, com base na seguinte pergunta: "Por favor, indique alguém que seja um representante e que tenha um amplo conhecimento da história da comunidade, a fim de que possa participar de uma entrevista."

Levantamento e coleta de dados:

Com o desenho metodológico da coleta de dados definido, partiu-se para a fase de campo, com a aplicação dos questionários e das entrevistas, acontecendo ao longo dos meses de novembro e dezembro de 2022.

Conforme estabelecido previamente, foi aplicado um mínimo de cinco questionários em cada faixa etária selecionada, priorizando a distribuição entre esses grupos etários e de gênero, uma vez que as referências culturais podem variar para cada grupo. Ao término desse procedimento, acumulou-se um total de vinte e sete questionários respondidos. Através dessa análise, foi possível identificar um total de vinte e cinco bens culturais, classificados nas categorias de Lugares e Edificações, Modos de Fazer e Ofícios, Celebrações e Formas de Expressão. Abaixo, segue tabela com a distribuição da quantidade de questionários aplicados para cada faixa etária e gênero.

REGIÃO	GÊNERO	IDADE (12-17)	IDADE (18-30)	IDADE (31-59)	IDADE (60+)	TOTAL
Jaguaribe	Homens	3	3	4	3	27
	Mulheres	2	3	5	4	
	Total	**5**	**6**	**9**	**7**	

A adoção do formato de questionários semiestruturados possibilitou a identificação de bens culturais, ao mesmo tempo em que abriu espaço para uma perspectiva mais humanizada, valorizando a expressão das subjetividades das pessoas que participaram do processo. Essas subjetividades foram exploradas de maneira mais profunda durante a fase de entrevistas, realizada imediatamente após a conclusão da etapa de aplicação dos questionários.

Como mencionado anteriormente, as entrevistas foram conduzidas com indivíduos selecionados a partir dos questionários. Um total de quatro representantes da comunidade participaram, incluindo dois pescadores do sexo masculino, com mais de sessenta anos, uma mulher marisqueira, também com mais de sessenta anos, e uma idosa envolvida nas atividades da igreja.

Consolidação dos resultados:

Essa fase se destacou como o momento de sistematização e processamento dos dados coletados. Foi alcançada através da análise cruzada das informações obtidas de maneira primária, por meio dos questionários e entrevistas, e das informações coletadas de maneira secundária, incluindo o levantamento de bases de dados e periódicos. Entre as fontes secundárias utilizadas, destacam-se o Repositório de Teses e Dissertações da UFPE, Google Acadêmico, Portal de Artigos Acadêmicos SCIELO e o Portal de Periódicos da CAPES, bem como o Banco de Dissertações e Teses da CAPES.

A organização dos dados primários possibilitou uma compreensão mais clara da frequência e distribuição das informações coletadas, além de revelar padrões e tendências. Por outro lado, a análise conjunta desses dados com informações

secundárias permitiu uma exploração mais profunda das narrativas, contribuindo para uma compreensão mais abrangente da natureza dos bens culturais identificados. Isso, por sua vez, enriqueceu as descrições subsequentes dos bens culturais, conforme apresentado a seguir. Nesse sentido, podemos dizer que houve um duplo movimento que permitiu construir o inventário de dentro e de perto e, ao mesmo tempo, adensar o conhecimento a partir de estudos anteriormente construídos.

Figura 10 - Pescador em Jagada. Fonte: Acervo familiar. Autor desconhecido

4. Levantamento e mapeamento das referências culturais de Jaguaribe

Os bens culturais a seguir não estão dispostos em ordem lógica de prioridade ou relevância. A sequência de apresentação foi selecionada com o objetivo de criar uma narrativa mais clara e elucidativa, facilitando a compreensão do cenário em Jaguaribe

4.1. Formas de expressão

“Lia, ô Lia, vem pra ciranda dançar.
Por que eu só sei que Lia é Lia.
Só Lia é quem sabe amar”
(Filhas de Baracho)

Ciranda

Figura 11 Lia de Itamaracá. Fonte: Ytallo Barreto

A ciranda, sem dúvida, é a expressão cultural de Itamaracá mais amplamente reconhecida pela sociedade. Lia de Itamaracá personifica essa tradição, e embora não tenha inventado a ciranda, ela a difundiu e tornou-a conhecida, associando-a ao nome da Ilha de Itamaracá em todo o mundo. Podemos até dizer que Lia não inventou a ciranda,

mas, de fato, trouxe um novo significado e relevância a essa manifestação cultural para a sociedade como um todo.

A ciranda representa fortemente o senso de comunidade e pertencimento. Tanto nas músicas quanto nas danças, é uma celebração do local e das pessoas. É uma celebração à memória coletiva, tornando-se uma expressão que representa bem e de maneira precisa o significado de comemoração.

Para descrever a ciranda, não me atrevo a fazê-lo, pois provavelmente não conseguiria fazê-lo com a mesma maestria que Lia através de suas músicas consegue "para se dançar a ciranda, juntamos mão com mão, formamos uma roda, cantando uma canção". Essas letras também ressaltam o senso de coletividade, ao afirmar que "essa ciranda não é minha só, ela é de todos nós". A comunicação transmitida pelas músicas se intensifica nas danças, que se revelam como uma poderosa expressão corporal e coletiva. Com as mãos dadas, pessoas de todas as idades, gêneros e cores dançam em harmonia, celebrando o momento e o lugar. A dança expressa com o corpo, pela pisada descalça nas areias de Jaguaribe, como se falasse: "nós pertencemos a este lugar, nós somos este lugar".

A ciranda em Jaguaribe mantém um vínculo forte com o mar e a pesca. O ritmo das pisadas e da percussão, em especial do surdo, segue o compasso das ondas que quebram na areia da praia. Além disso, é comum que a ciranda ocorra diretamente na areia das praias de Jaguaribe, proporcionando um momento de celebração para muitos pescadores que desejam honrar essa conexão com o mar. Nas letras das cirandas, frequentemente, a praia, o mar e a pesca são temas recorrentes e celebrados. Como visto a seguir, em música de Lia

Eu estava na beira da praia,vendo o balanço do mar,
Quando eu vi uma linda sereia, e eu comecei cantar,
Ô Janaína vem ver, ô Janaína vem cá,
Receber essas flores que eu lhe ofertar. (ITAMARACÁ, 2000)

Coco

Figura 12 Coco em Jaguaribe. Fonte: Acervo familiar.

A expressão cultural do coco, assim como a ciranda, se manifesta por meio de músicas e danças. Em Jaguaribe o coco também é conhecido por “samba” ou “brincaeira”. Durante a aplicação de questionários, foram identificados dois grupos de coco que ocorrem na região das mestras Anjinha e Totinha do coco.

Com raízes nos povos africanos, ao longo do tempo, o coco de Jaguaribe absorveu influências indígenas e até mesmo traços da cultura europeia. Isso fica

evidente na presença de elementos como o culto à jurema, que é praticado por algumas pessoas envolvidas com o coco, além da forte conexão com a umbanda e o catolicismo. Durante o mês de junho, é comum ocorrerem rodas de coco semanais em celebração aos orixás Exu e Xangô, bem como aos santos católicos São Pedro, Santo Antônio e São João.

O coco de Jaguaribe se destaca pelo seu caráter comunitário e coletivo, atraindo a participação significativa da comunidade de Jaguaribe. Durante a dança, forma-se uma roda em que duas pessoas por vez dançam dentro dela. Essas duas pessoas executam movimentos de umbigada em direção ao corpo do outro, batendo fortemente os pés no chão. Enquanto isso, aqueles que estão na borda da roda dançam com os ombros unidos uns aos outros, criando um ambiente de calor e conexão entre todos os participantes.

Além do fortalecimento comunitário, destaca-se também o vínculo profundo com o meio físico e o território. A pisada no chão batido é um símbolo marcante da presença nesse espaço, enquanto as letras das músicas narram pequenas histórias do cotidiano. Muitas dessas letras abordam a relação com o mar, um tema recorrente em todas as rodas de coco de Jaguaribe, como pode ser observado nas letras a seguir.

> “eu vou, eu vou, onde o vento quiser me levar. canoeiro que rema canoa, é na popa e na proa e nas ondas do mar.”
>
> “meu barco é veleiro, na barra tem lama, eu amo a cor morena a cor morena não me ama”
>
> “O meu cachorro perí bebeu água no canal, é mentira de vocês cachorro sabe nadar”

No coco, uma voz principal assume a responsabilidade pelas primeiras frases, enquanto o coro, composto por todos os presentes, oferece a resposta. No exemplo mencionado, a voz principal entoa a frase "o meu cachorro Peri bebeu água no canal," e o coro responde com "é mentira de você, cachorro sabe nadar." Essa parte cantada é acompanhada por instrumentos de percussão, pelos sons das pisadas no chão batido e pelas palmas dos participantes.

Pastoril

Manifestação cultural, marcada pela comunicação através da oralidade e das expressões corporais, que ocorre durante o período próximo ao natal e celebra o nascimento de Jesus Cristo através de danças, cantos e encenações. Geralmente organizado por pessoas que tem uma ligação com a igreja. Em Jaguaribe, era organizado por beatas da capela do Bom Jesus dos Passos, mas contava com grande participação de crianças e adolescentes nas encenações. Segundo pessoas entrevistadas, a muito tempo não acontece mais o pastoril de Jaguaribe.

> Tinha uma música que era assim: Rufa padeiros e maracá também, já é nascido Jesus em Belém. Deu meia noite o galo cantou, que belo menino na lapa chorou. A barra do dia já vai clareando, que belo menino na lapa chorando. A barra do dia já amanheceu, que belo menino na lapa nasceu. (Moradora que participou de pastoril, em entrevistas)

> Era muito bonito. Tinha o pastoril do Pilar[20] também, mas o daqui de Jaguaribe era mais bonito. (Moradora que participou de pastoril, em entrevistas)

[20] Bairro do centro da Ilha de Itamaracá.

4.2. Celebrações

Corridas de Jangadas e baiteras

Figura 13 corrida de jangada. Fonte: Autoria própria.

Além de instrumento de trabalho, as embarcações acompanham a vida dos pescadores em várias outras manifestações. Um exemplo são as corridas de Jangadas e baiteras (tipos de canoas), que ocorrem anualmente, sem uma data específica, mas geralmente durante o verão. Essas corridas se caracterizam como uma regata popular, que vale até treinamento ao longo do ano. Os prêmios variam de troféus e medalhas a

prêmios em dinheiro e itens como televisões e bicicletas. Ao final não importa tanto que foram os vencedores, pois todos vão comemorar igualmente, com uma celebração à base de muita cerveja, cachaça e comidas tradicionais locais, como as moquecas e mexidinhos.

No dia da corrida as praias ficam lotadas de gente torcendo e assistindo no horizonte o mar tomado por velas coloridas.

Festa do Bom Jesus dos Passos

A festa de Bom Jesus dos Passos, o padroeiro do bairro, tradicionalmente acontece cerca de quinze dias antes da Semana Santa, embora a data exata possa variar dependendo da organização envolvendo a prefeitura e os responsáveis pela administração da Capela Bom Jesus dos Passos.

Durante esse período, o bairro, especialmente os arredores da capela, se transforma em um ambiente festivo, com decoração colorida e uma iluminação especial composta por gambiarras de lâmpadas incandescentes amareladas. No largo da capela, uma estrutura de parque itinerante é montada, oferecendo uma variedade de entretenimento para todas as idades. Para as crianças, há atrações como roda-gigante, pula-pula, cama elástica e carrossel. Já para os adultos, há barracas com tiro ao alvo e bancas de apostas em dinheiro com cartas e dados, onde todos estão cientes de que as chances de perder são altas, mas a diversão está em tentar a sorte.

Já na área do campinho ao lado da capela e à beira mar, um palco é montado, no qual se apresentam várias atrações ao longo da semana, com destaque para as bandas de brega, desde os mais antigos aos mais recentes. Nesses momentos a população em peso de Jaguaribe participa. E para não fugir aos costumes, de combinar o profano e o sagrado, é comum que as bebidas vendidas pelos ambulantes se esgotem antes mesmo do fim da festa.

> Sempre vieram muitos cantores de brega e de serestas para as festas aqui em Jaguaribe, como Genival Lacerda, Reginaldo Rossi, Adilson Ramos. (moradora idosa do bairro, em entrevista)

Buscada de Bom Jesus dos Passos

Figura 14 Buscada. Fonte: Autoria Própria

No sábado, durante a celebração de Bom Jesus dos Passos, ocorre um evento conhecido como "Buscada de Jaguaribe". Trata-se de uma procissão marítima na qual centenas de embarcações, vindas de toda a Ilha de Itamaracá e municípios vizinhos, como Itapissuma e Goiana, participam ativamente. O termo "buscada" deriva do fato de que nos dias anteriores à celebração, a imagem de Bom Jesus dos Passos é transportada por terra, da Capela de Bom Jesus em Jaguaribe para a Capela de São Paulo, no bairro do Forte Orange. No sábado, as embarcações partem para buscar de volta a imagem e retorná-la à capela em Jaguaribe. No momento da chegada, uma multidão de fiéis aguarda ansiosamente à beira-mar. Quando a imagem chega, é conduzida por esses devotos até o interior da capela, recriando, segundo eles, os passos dolorosos de Jesus Cristo.

As buscadas são celebrações em que o sagrado e o profano convivem lado a lado. Ao mesmo tempo que existe um culto à tradição católica, existe também a tradição de comemorar o momento com muitas bebidas e comidas. As embarcações vão, além de cheias de gente, cheias de isopor com cervejas geladas, panelas de moquecas de peixes e outros frutos do mar e som com os mais variados estilos musicais populares, com destaque para o brega, que além de um bem cultural pernambucano, arrisco a dizer que é o estilo musical mais ouvido entre a população de Jaguaribe.

4.3. Modos de fazer/ofícios

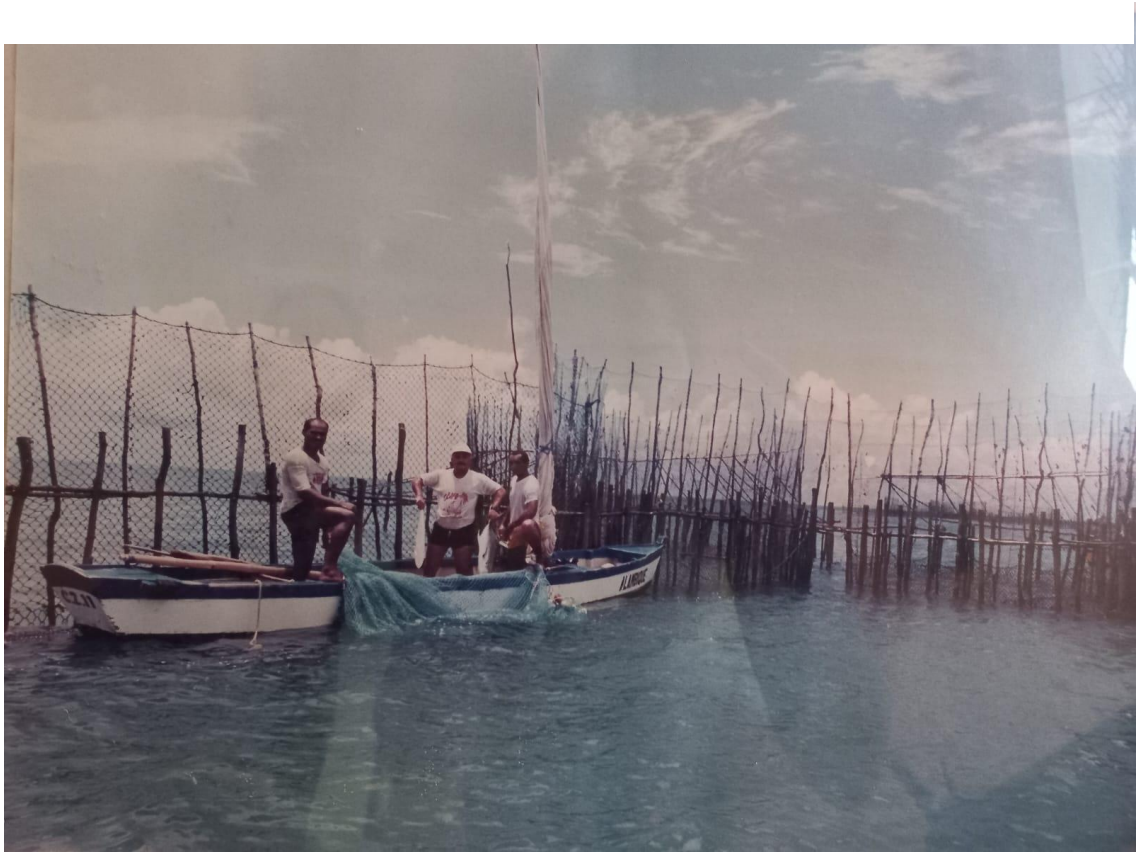
Figura 15 Pescador consertando motor. Fonte: Autoria própria.

Canoeiro

A travessia do Rio Jaguaribe, que conecta os bairros de Jaguaribe e Sossego, é realizada por meio de uma canoa, conhecida como "baitera". Durante determinadas horas do dia, indivíduos assumem a responsabilidade de conduzir as pessoas de um lado para o outro do rio, sendo popularmente chamados de "canoeiros". É relevante observar que, quando a maré está alta, a travessia é auxiliada por um motor, enquanto que, durante a maré baixa, é feita utilizando uma vara para impulsionar a canoa. Nos finais de semana e feriados, uma jangada é empregada para a travessia, pois permite transportar um maior número de passageiros, devido ao aumento de turistas na região.

Pesca

Figura 16 - Despesque do Curral. Fonte: Acervo familiar.



A pesca artesanal em Jaguaribe, assim como em praticamente todos os territórios tradicionais pesqueiros, é uma atividade passada de geração em geração por meio da oralidade, por meio de contos e histórias. Algumas dessas histórias podem até ser questionáveis sobre a sua veracidade, mas todas elas carregam um ensinamento subjacente, seja de respeito à natureza e toda sua força ou de fortalecimento do vínculo comunitário.

Em Jaguaribe, a pesca assume uma variedade de formas, muitas das quais estão sujeitas a mudanças de acordo com as estações do ano e os períodos de safra de cada pescado. Esta diversificação da pesca respeita as condições naturais do clima e do tempo, bem como a sazonalidade das espécies, tornando a pesca artesanal uma abordagem natural de manejo dessas espécies.

Entre os métodos de pesca mais comuns em Jaguaribe, destacam-se a pesca com rede de espera, linha de mão, covos, espinhel, mergulho e currais. Detalhados a seguir:

Rede de espera: Uma rede de considerável extensão, podendo estender-se por mais de um quilômetro. É lançada em uma área específica do mar e recolhida algumas horas mais tarde, normalmente dentro de um intervalo de 8 a 12 horas. Este método de pesca é capaz de capturar uma ampla gama de espécies, desde peixes menores como a tainha até grandes arraias.

Linha de mão: Esse método é empregado por pescadores em jangadas ou embarcações motorizadas, permitindo-lhes acessar locais de pesca significativamente distantes da costa, com alguns pontos a até mais de 60 quilômetros mar adentro. Sob tais condições, os pescadores frequentemente passam de 4 a 5 noites a bordo, retornando quando as caixas refrigeradas estão repletas de peixes.

Covo: Armadilha de madeira e tela de dimensões modestas, geralmente com cerca de 1 metro cúbico, é posicionada no fundo do mar, onde os peixes entram, mas não conseguem sair. Esta armadilha é fixada ao fundo marinho por meio de âncoras e os pescadores realizam a coleta semanalmente.

Espinhel: Trata-se de uma linha de nylon de consideráveis dimensões, que pode estender-se por mais de 2 quilômetros, em que são fixados diversos anzóis de grande porte, cada um deles iscado. Geralmente, a coleta ocorre após um período de 12 horas a partir do momento em que o espinhel, com as iscas, é lançado na água. Este método de pesca é conhecido por sua capacidade de capturar grandes espécies de peixes.

Mergulho: Método de pesca realizado por meio do mergulho livre, sem o uso de equipamento de oxigenação, dependendo da apneia do pescador. Para essa prática, o pescador se equipa com máscara de mergulho, nadadeiras e ferramentas de captura, como bicheiro, arpão ou arbalete. Esse tipo de pesca possibilita a captura de uma ampla variedade de espécies, incluindo peixes, polvos e lagostas.

Currais: Armadilhas de grande dimensão, com áreas que podem abranger até 300 m², feitas de madeira e tela. Nesses currais, os peixes entram, mas não conseguem sair. Essas armadilhas são geralmente posicionadas em áreas próximas aos recifes de corais, localizados a uma distância de aproximadamente 3 quilômetros da linha costeira de Jaguaribe, e podem ser avistadas a partir da beira-mar.

Cada um desses métodos é adaptado às condições e demandas específicas das espécies e dos ambientes marinhos locais. É importante destacar que a diversidade de métodos de pesca constitui um traço notável da herança cultural indígena na região.

Mariscagem

Figura 17 - Marisqueiras. Fonte: Canal Youtube Lia de Itamaracá

Atividade predominantemente desempenhada por mulheres, que envolve a coleta de crustáceos e moluscos das águas e lamas do manguezal. Em Jaguaribe, essa prática é realizada ao longo do estuário do Rio Jaguaribe. Durante as marés baixas, surgem as coroas[21] de areia, das quais são coletadas espécies como siris entre os crustáceos e

[21] Banco de areia que surge em meio às águas durante o período de maré seca.

mariscos, como o marisco pedra, o marisco redondo e as taiobas entre os moluscos. Nas margens lamacentas do rio, são capturados crustáceos como caranguejos uçá, aratus e guaiamum, além de moluscos como sururus e ostras.

Mexidinho

Figura 18 Mexidinho. Fonte: Autoria própria.

Comida tradicional, de origem indígena dos povos Caetés, que ocupavam a região onde hoje fica o município da Ilha de Itamaracá. Comumente consumida no

regresso das pescarias, quando os pescadores selecionam os peixes de sua preferência, normalmente os mais gordos, muitas vezes complementando com lagostas, polvos e siris. Para temperar acrescentam cebola, tomate, coentro, sal e colorau ou urucum, bem como ovos, se desejado.

Tudo isso é posto em um caldeirão com água, colocado sobre um fogareiro improvisado no convés do barco. Após cozido, retira-se o caldo quente, que é derramado dentro de um recipiente com farinha de mandioca, resultando em um pirão grosso escaldado. Este pirão é então disposto juntamente com os peixes em uma superfície plana, seja ela parte do barco ou até mesmo uma tampa de isopor. E então o banquete está servido para ser apreciado com a mão, e muitos o acompanham com uma dose de cachaça, tornando essa tradição uma celebração da cultura local.

Carpinteiro

Indivíduo encarregado pela construção e reparação das embarcações usadas, seja para pesca ou para o transporte. Essa habilidade é dominada por um número limitado de pessoas na região, e há um grande risco de que esse saber específico não seja transmitido para as gerações futuras.

O carpinteiro é responsável pela construção de embarcações como jangadas, baiteras, balsas e barcos motorizados, todos esses feitos atualmente a partir de madeiras compradas em madeireiras. Mas vale destacar que anos atrás era comum a construção e utilização de canoas em Jaguaribe. As canoas eram feitas a partir de um único tronco de árvore, escavada com machadinha, até ganhar o formato que permitisse a flutuabilidade. Atualmente, as canoas centenárias, que marcavam a paisagem das águas de Jaguaribe, estão paradas dentro de caiçaras, as que ainda existem.

Bar

Figura 19 - Pescadores no bar. Fonte: Acervo familiar.

A paisagem da beira mar de Jaguaribe se destaca pela presença de diversos bares que, sobretudo nos finais de semana e durante os meses de verão[22], de setembro a março, embelezam a praia com o colorido de seus guarda-sóis. Estes estabelecimentos oferecem um menu bastante diversificado, mas compartilham um foco especial em

[22] O Verão, para o povo de Itamaracá, abrange o período que se inicia quando a estação chuvosa chega ao fim, estendendo-se até o retorno das chuvas, ou seja, de setembro a março. O dia 07 de setembro é conhecido popularmente como abertura do verão.

pratos à base de frutos do mar, frescos e provenientes das pescarias realizadas pelos próprios pescadores e marisqueiras locais. Vale ressaltar especialidades como moquecas, caldinhos, peixes fritos, caldeiradas, caranguejo e fritada.

Bugigueiro

Figura 20 Menino carregando arraia. Fonte: Autoria própria.

Os bugigueiros são pescadores mais experientes ou aqueles que, por diversas razões, não podem mais participar ativamente na pesca. Eles desempenham um papel essencial na atividade, cuidando de tarefas secundárias, como o transporte de materiais e peixes entre as caiçaras e as embarcações, bem como a limpeza e pintura das embarcações. Em troca desses serviços, esses pescadores recebem o que é popularmente conhecido como "bugiga", que consiste no pagamento em peixes. Esses peixes podem ser consumidos pelos próprios bugigueiros e sua família ou vendidos em peixarias. É importante destacar que muitas crianças iniciam suas jornadas na pesca auxiliando como bugigueiros, aprendendo os fundamentos da atividade desde cedo.

Peixaria

Figura 21 - Peixaria. Fonte: Autoria própria.

Responsáveis por intermediar a venda do pescado proveniente de pescadores e marisqueiras para os consumidores, as peixarias são facilmente encontradas ao longo da Avenida Benigno Cordeiro Galvão, a principal via do bairro, que acompanha a orla de

Jaguaribe. Esses estabelecimentos oferecem uma variedade de peixes, crustáceos e moluscos sempre muito frescos e com preços relativamente acessíveis, o que atrai a atenção de clientes não apenas de Itamaracá, mas também de outras cidades, incluindo restaurantes da capital Recife.

Frequentemente, as peixarias são operadas por pescadores que enxergam na venda direta de peixes uma maneira de complementar sua renda. Quando não são os próprios pescadores, esses estabelecimentos são gerenciados por familiares próximos a eles. Sendo a peixaria, assim como a atividade da pesca, um modo de fazer passado de geração em geração.

4.4. Lugares e edificações

Capela Bom Jesus dos Passos

Figura 22 Capela. Fonte: Autoria própria.

Conforme informações disponíveis no site oficial da Prefeitura da Ilha de Itamaracá, a Capela do Bom Jesus dos Passos foi construída no ano de 1893. A história relata que a imagem de Bom Jesus dos Passos foi descoberta por um pescador em um pé de mangueira naquele mesmo ano. Após encontrar a imagem, o pescador a levou para casa, mas ela desapareceu misteriosamente. Posteriormente, a imagem reapareceu no exato local onde o pescador a encontrou originalmente, e é nesse local que a capela foi construída.

> Nota-se particularmente a presença da capela do Bom Jesus, localizada na margem da estrada de barro, que se desenvolve paralelamente ao mar. (Plano de Preservação dos Sítios Históricos, 1978)

Como já mencionado no tópico sobre a “Buscada” a relação entre o sagrado e o profano é uma marca muito forte da população pesqueira de Jaguaribe. Os pescadores quando partem para o mar, sempre pedem proteção, cada um dentro de suas crenças. Muitos deles fazem o "sinal da cruz" enquanto olham em direção à capela antes de se aventurarem no mar. Já na volta da pescaria é muito comum os pescadores se reunirem e tomarem umas cervejas em comemoração à boa pescaria, ou em consolação por uma má pescaria. Isso marca o ciclo da jornada do pescador, que começa com a partida cheia de esperança e fé e termina com a volta, marcada por celebração e gratidão, independentemente dos resultados alcançados.

Campinho

O campo de futebol fica delimitado de um lado pela Capela do Bom Jesus dos Passos e do outro pelas areias da praia. É um espaço muito frequentado pelas crianças e adolescentes da comunidade, que, após uma animada partida de futebol, mergulham no mar para se refrescar. A precisão nos chutes é fundamental, pois um erro pode fazer com que a bola acabe batendo nas portas da capela ou nas águas do oceano.

As partidas são interrompidas quando uma jangada chega carregada de peixes, momento em que as crianças e adolescentes correm para observar o resultado da pesca e, por vezes, ajudar no transporte, sendo recompensados com peixes pelo esforço.

Porto de Jaguaribe

Figura 23 - Pescador no porto. Fonte: Acervo familiar.

O Porto de Jaguaribe é reconhecido pelos moradores e pescadores locais como o ponto onde as baiteras e barcos permanecem apoitados na água, enquanto as jangadas, com seu colorido, repousam na areia. É o ponto de partida e retorno das embarcações após suas jornadas no mar, e é ali onde os bugigueiros aguardam a próxima chegada das embarcações em terra firme.

Esse lugar é carregado de profundo simbolismo e significado, pois é ali que os familiares aguardam ansiosamente o retorno seguro dos pescadores, na esperança de que tragam uma pesca abundante. É também o ponto de partida dos primeiros relatos da jornada marítima, compartilhados entre aqueles que estavam no mar e os que permaneceram em terra.

Pontal de Jaguaribe

Figura 24 Pontal de Jaguaribe. Fonte: Acervo pessoal

O pontal de Jaguaribe corresponde a região da Barra do Rio Jaguaribe, área onde as águas do rio se encontram com as do oceano, formando lindas paisagens, que variam bastante de acordo com os ciclos de maré. Durante a maré baixa, as águas do rio predominam, assumindo tonalidades que lembram o dourado ou o âmbar, e criando bancos de areia conhecidos popularmente como "corôas" ou "crôas". Por outro lado, na

maré alta, esses bancos de areia desaparecem à medida que as águas do oceano invadem o rio, transformando a paisagem em um tom verde esmeralda.

O Pontal de Jaguaribe também serve como ponto de referência para os pescadores em alto mar. Por ser uma área que não possui construções ou iluminação pública, os pescadores que navegam durante a noite costumam usá-lo como orientação. Ao avistarem a escuridão da área costeira cercada por regiões iluminadas, que correspondem às comunidades de Jaguaribe e Sossego, imediatamente reconhecem que estão diante do Pontal de Jaguaribe. Isso lhes permite utilizar essas e outras referências para se aproximar da costa ou localizar redes no mar com maior precisão.

Boca do Rio

Figura 25 - Boca do Rio. Fonte: Autoria própria.

A área conhecida como Boca do Rio fica localizada próxima ao píer de onde ocorre a travessia entre Jaguaribe e a Praia do Sossego, atravessando o Rio em canoas ou jangadas. A partir desse ponto, é possível desfrutar de uma linda vista da foz do Rio Jaguaribe. Além disso, a Boca do Rio é cenário de diversas histórias locais, algumas das quais envolvem relatos de eventos sobrenaturais, como a aparição de João Galafoice[23].

> Já escutei histórias que antigamente o pessoal via João Galafoice lá na Boca do Rio e pelo Pontal. (Pescador idoso, em entrevista)

[23] Entidade de formato humanoide com o corpo envolto em chamas, que segundo a crença popular, surge em algumas noites e persegue algumas pessoas, que estejam fazendo algum mal à natureza.

Rio Jaguaribe

Figura 26 - Rio Jaguaribe. Fonte: Autoria própria.

O Rio Jaguaribe, que leva o nome do bairro, possui um alto valor paisagístico. Nos finais de semana, sua região estuarina se torna um destino concorrido por turistas, veranistas e pelos próprios moradores de Jaguaribe, bem como de outros bairros de Itamaracá. Todos eles buscam aproveitar as águas cristalinas e quentes do rio para

desfrutar de momentos de diversão e de banhos refrescantes. Devido à tranquilidade e à pouca profundidade das águas, é comum avistar muitas crianças se divertindo no rio.

Durante os demais dias da semana, a região do Rio Jaguaribe também fica bastante ocupada, com a presença ativa de pescadores e marisqueiras que aproveitam a abundância de espécies como mariscos, ostras, sururus e peixes. Essas riquezas não apenas são comercializadas, mas também servem como alimento para eles e suas famílias. Além disso, o Rio Jaguaribe desempenha um papel importante nas primeiras experiências de pesca das crianças, que frequentemente acompanham seus pais e mães na coleta de mariscos e crustáceos, aprendendo desde cedo sobre os ciclos das marés e construindo uma forte relação com as águas e com o território onde vão dar os próximos passos da vida.

PDS

Nome dado à comunidade onde a maioria dos pescadores artesanais de Jaguaribe e seus familiares e descendentes residem. A formação dessa comunidade teve início nos anos setenta, quando o proprietário legal das terras faleceu sem deixar herdeiros. Em decorrência de uma ação judicial subsequente, as terras foram divididas, com uma parte sendo destinada aos pescadores locais e outra parte à igreja. A sigla PDS, deriva do nome do Partido Democrático Social, partido do prefeito da época.

Situado no centro da comunidade do PDS existe um chafariz, que é um ponto de acesso à água de poço. Geralmente, ele é utilizado quando o abastecimento de água

encanada na comunidade está indisponível. Nessas ocasiões, o chafariz se converte em um espaço de encontro para os moradores, onde podem se reunir para bater papo e compartilhar as novidades ocorridas na vida das pessoas conhecidas, em outras palavras: fofocar.

Caiçaras

Figura 27 - Caiçara. Fonte: Acervo familiar.

A paisagem da linha costeira de Jaguaribe é marcada pela presença de construções populares, as chamadas caiçaras, com tipologia de casa ou de pequenos galpões, geralmente construídas de madeiras ou de alvenaria leve. Trata- se de uma edificação utilizada para armazenar materiais de pesca e equipamentos das embarcações, incluindo motores, velas, redes, remos, madeira, cordas, nylon, anzóis, entre outros. Além disso, as caiçaras também servem como locais para realizar diversas celebrações, como os aniversários dos familiares dos pescadores.

Originalmente, as caiçaras eram construídas com estruturas de madeira e cobertas com palha de coqueiro curtida. No entanto, devido à constante necessidade de manutenção, muitos pescadores optaram por substituir essas estruturas por estruturas de alvenaria[24] e cobertura de telhas de fibrocimento. Segundo moradora idosa do bairro, “Desde que eu me lembro sempre teve as caiçaras aqui na frente”.

[24] É importante ressaltar que a incorporação de materiais de alvenaria nas construções populares em todo o Brasil foi influenciada em grande parte pela pressão da indústria cimentícia, que dominou o mercado de materiais de construção acessíveis, com pouca concorrência.

Considerações finais

> Eu sou Lia da beira do mar
> Morena queimada do sal e do Sol
> Da Ilha de Itamaracá
> Quem conhece a Ilha de Itamaracá
> Nas noites de Lua, prateando o mar
> Eu me chamo Lia e vivo por lá
> Cirandando a vida na beira do mar
> Cirandando a vida na beira do mar (ITAMARACÁ, 2000)

O poder concreto de síntese, de sensibilidade e de poética de Lia de Itamaracá é, para mim, uma grande fonte de inspiração. E foi inspirado em Lia, que desenvolvi este trabalho de graduação, na tentativa de transmitir uma compreensão do que é o território de Jaguaribe. E com base em tudo o que foi exposto ao longo desta pesquisa, e, acima de tudo, pelo que pode ser percebido, sentido e vivenciado, e ainda mais genuinamente e brilhantemente expresso através das músicas de Lia, podemos afirmar que Jaguaribe é um lugar profundamente comemorado, ou como dito de forma genial por Lia: “cirandado”.

Trago a palavra comemorar com todos os significados que essa palavra tem. Proveniente do latim "commemorare", a raiz "memorare" denota trazer à memória, e o prefixo "co" sugere compartilhamento e coletividade, indicando uma ação de recordar junto com outros. No momento que escrevo este parágrafo, não consigo precisar se o

sentido de comemorar como festejar e celebrar foi algo “aportuguesado”[25], “abrasileirado” ou se está inerente ao significado da palavra desde o latim. Mas, de qualquer forma, neste sentido mais popular e usual da palavra, comemorar sintetiza bem o que eu tenho tentado transmitir por todo o trabalho.

Pra se dançar a ciranda juntamos mão com mão. (ITAMARACÁ, 2000)

Assim como uma ciranda não se dança só, um lugar, para se manter vivo, precisa ser celebrado coletivamente, ou seja, ele precisa ser comemorado. E quando faz sentido para uma coletividade, as memórias dessa coletividade podem se desenvolver nesse lugar. Sendo uma coisa que se retroalimenta, pois da mesma forma, para que uma memória coletiva se mantenha viva ela precisa ser festejada, “cirandada” no espaço. “Não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial” (HALBWASHS, 1990).

A memória, quando não compartilhada, é fácil de ser esquecida. Pense, por exemplo, quantas vezes você já se encontrou tentando lembrar qual roupa vestiu no dia anterior ou algo semelhante. Provavelmente, você conseguirá lembrar, mas ocasionalmente, como eu às vezes, pode ter tido esse tipo de esquecimento. No entanto, se você esteve presente com outras pessoas neste dia anterior ou se contou para outra pessoa o que estava vestindo, essas outras pessoas podem te fazer lembrar da sua roupa.

[25] Expressão que sugere que algo tomou uma feição portuguesa, da mesma forma que abrasileirado sugere que algo tomou uma feição brasileira.

A memória é coisa frágil quando individualizada, mas quando compartilhamos o que pensamos, ou o que vivemos, essa memória se fortalece.

E se uma memória fizer sentido de ser revisitada ou revivida por mais de uma pessoa, elas têm o potencial de se transformar em algo maior, de ser perpetuada, podendo então se transformar em histórias, e assim, ficar mais difícil de ser esquecida. Já quando uma memória é transformada em propriedade coletiva, de um grupo social, e constantemente revivida coletivamente, ela assume um potencial de constituir uma identidade coletiva, cheia de significados, simbolismo e valores atribuídos, ou seja, um bem cultural.

> A memória não é só um fenômeno de interiorização individual, as uma construção social e um fenômeno coletivo. A memória coletiva está o tempo todo se beneficiando da memória individual, mas não basta que os outros "nos apresentem seus testemunhos": é preciso, outrossim, que concordemos com "as memórias deles e que haja muitos pontos de contato entre uma e as outras para que a lembrança que nos ajudem recordar venha a ser reconstruída sobre uma base comum". (HALBWASHS, 2006[1950])

> A memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, na medida em que ela é também um fator importante do sentimento de continuidade e de coerência do grupo em sua reconstrução em si. (POLLAK, 1992)

Os bens culturais de Jaguaribe aqui apresentados, permanecem vivos no dia a dia e na memória de seu povo, pois, esses bens fazem sentido para o desenvolvimento das práticas cotidianas, sendo constantemente comemorados. Essa memória representa um meio de resistência para Jaguaribe, pois, como vimos ao longo de todo o trabalho, os bens culturais, dos mais valorados aos mais “banais”, não estão vivos pelo esforço do estado brasileiro, mas sim pela força de uma memória coletiva, vivida e celebrada. E que, apesar de todos os riscos e ameaças, está pulsante no território, se reinventando, se transformando, por vezes se adaptando, mas vivendo, com a força do “Jaguar” dentro de cada um.

O povo de Jaguaribe não dispõe de museus ou acervos para documentar sua vida cotidiana; eles dependem da memória como meio de preservar sua cultura. E com isso surge a pergunta: o que será dessa memória se não for revivida, revisitada no território, ou mesmo materializada? O que será deixado para as gerações futuras? Será apenas o sabor de um passado um tanto mais encantado, transmitido por meio de saudosos relatos dos mais velhos? como no poema de José Lopes, ilhéu e escritor, intitulado "Itamaracá de Ontem" (Lopes, 1987)?

> Onde estão os cavalos do velho Guilherme, que serviam de transporte aos nativos e veranistas?
>
> Cadê teus engenhos bangüê, Amparo, São João e Macaxeira, onde se bebia caldo de cana, mel de engenho e mel de furo?
>
> Cadê o teu São João, onde as fogueiras queimavam em todas as ruas, fazendo um tapete de cinzas, onde todos pisavam para acompanhar a

bandeira, dançar o coco e tomar banho nos riachos, nas madrugadas, com toda a roupa do corpo?

Que foi feito das tuas seculares salinas, onde se fazia sal de espuma?

Onde estão as barcaças: Bom conselho, Utilidade, Beatriz, Sultana, Linda Flor, Berenice, Dirce e tantas outras que transportavam açúcar, coco, lenha e ficavam embandeiradas ancoradas no porto em dias de festa?

Cadê os teus pastoris, bumba-meu-boi, mamulengo, touradas, jagunços, fandangos?

Onde estão os teus tipos populares, Chico Velho da preguiça, Zé da Bomba, Caléu, Miguel Moreira, Etelvina?

Que foi feito dos candeeiros alcoviteiros que iluminavam as casas e a sua luz de carbureto que servia para iluminar os pastoris, os fandangos, mamulengos e bumba-meu-boi?

E os teus cajus, as castanhas assadas, a farinha de milho e os alfinins, que se vendiam nas ruas?

Onde estão os meninos que brincavam de banga e manja nas noites de lua, e que faziam da flecha da cana braba o seu cavalo?

Que é feito dos namorados que passeavam na praia de braços dados ao luar?

Cadê teus guagirus, tuas célebres mangas jasmim (primavera), os muricis, as mangabas?

Tuas rendeiras que com o bilro, alfinete e linha, faziam as rendas que ornamentavam os vestidos de noivas?

Cadê a lenha e a casca de coco, onde no fogão de barro se preparavam muquecas gostosas?

Onde estão os ferros de engomar, aquecidos a carvão?

Cadê as jangadas de “pau de jangada”; e o curral amarrado com cipó?

Onde estão os bules de bico de curvo, com os abafadores feitos de algodão, para não deixar o café esfriar?

> E tuas escolas, com a carta de A B C, o craiom, a pedra negra, a caneta com o tinteiro e a palmatória?
>
> Cadê os bailes, onde os namorados se encontravam?
>
> Que é feito das tuas noites Marianas (noites de noivas) tão animadas e freqüentadas por todos os jovens?
>
> Onde estão os teus velhos, que calçavam tamancos, usavam chapéus de palha, que fumavam cachimbo de madeira e cigarro enrolado colocado com o cuspo e que contavam estórias de trancoso, lobisomem e galafoice?
>
> E os teus quintais feitos de esteiras de varas e cangaços de palhas de coqueiros e as tuas ruas de areia quente?
>
> Cadê os jumentos que pastavam nas ruas, as galinhas soltas que sempre deixavam ovos para se achar e o canto dos galos anunciando na madrugada o alvorecer?
>
> Que é feito das benzedeiras de espinhela caída, mau olhado, cabreiro?
>
> Cadê os botadores de água das aningas, da biquinha e do cazumbá?
>
> Onde estão os vendedores de cuscuz, manguzá, bolo-de-rolo, alfinim e cocada?
>
> E os circos, com seus palhaços gritando pelas ruas: "Hoje tem espetáculo?'; e a criançada respondendo, "tem sim-senhor"?
>
> Cadê os teus parreirais, que ornamentavam os quintais e davam ótimas uvas?
>
> E teus carnavais, com lança-perfume, serpentinas e banho de cheiro?
>
> Itamaracá, hoje estais descaracterizada, tudo acabou, o progresso levou tudo, deixou apenas saudades. (LOPES, 1987)

É possível que algumas dessas manifestações, celebrações e lugares não estejam mais presentes na vida cotidiana de Itamaracá e Jaguaribe. Isso acontece porque esses bens culturais estão intrinsecamente ligados à memória, e a memória, por ser um

fenômeno social, precisa ser compartilhada coletivamente para não ser esquecida. Esse esquecimento pode ocorrer por diversas razões, seja de forma autônoma, quando esses bens não fazem mais sentido no cotidiano de um povo, ou de forma forçada, devido a influências externas, como discutido no subcapítulo sobre riscos e ameaças e representado pelo “progresso” no poema acima. No entanto, se essas memórias ainda estão vivas na lembrança das pessoas, elas podem ser comemoradas novamente, desde que façam sentido para o seu povo.

O direito de poder escolher reviver ou não essas memórias precisam ser garantidas pelo estado brasileiro. Esse direito deve ser dado às populações que, ao longo do tempo, possam ter perdido o acesso a essas memórias devido a processos opressores, sem que tal perda tenha sido uma escolha autônoma. O estado brasileiro precisa garantir os meios para que essas memórias possam ser vividas, compartilhadas, territorializadas, garantindo, desse modo, o direito à memória.

E como pode ser percebido a partir do levantamento dos bens culturais, Jaguaribe tem a pesca como um dos principais vetores de memória coletiva, talvez até o mais importante. A pesca, em todas as suas formas e desdobramentos, enche de sentido os bens culturais, deixando marcas nas celebrações, nas formas de expressão, nos ofícios e nos lugares do bairro. Sendo, portanto, não só uma forma de trabalho, mas sim um modo de vida que atravessa as interações sociais, o meio físico (construído e natural) e as subjetividades.

Considerando os riscos e ameaças de apagamento dessa cultura, que tem valores para si e para a sociedade, e que tem a pesca como um dos principais vetores de memória, Jaguaribe é um bem cultural, com características únicas, que precisam ser

identificadas, reconhecidas, valorizadas e preservadas. E a melhor forma de preservação é garantindo os meios de existência e reprodução de suas memórias.

As memórias, como demonstrado, se reproduzem no meio físico, no território. Portanto, um dos primeiros passos formais para a preservação cultural de Jaguaribe deve envolver o reconhecimento e a garantia do direito ao território. Nesse sentido, uma possível abordagem seria considerar a caracterização de Jaguaribe como um Território Tradicional Pesqueiro, caso essa seja uma vontade expressa e reconhecida por sua população. Pois, é fundamental que qualquer processo que se dê no território, seja ele uma política pública ou um projeto urbano, seja altamente participativo, envolvendo principalmente aqueles que celebram e resistem o lugar, e seja levado em consideração toda a identidade desse povo.

Os “caminhos” para a preservação de uma cultura são difíceis, por vezes tortuosos, mas estão dados no território, e só o seu povo sabe dos “atalhos”.

É hora, é hora, nossa ciranda está se despedindo agora.

(Miguel, 2018)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACIOLI, Luísa. Processos projetuais participativos. Recife, 2016.

ARANTES, Augusto. Produzindo o passado. Brasiliense. São Paulo, Brasil, 1984.

ARAÚJO, Laryssa. (co)Memorando Lugares: diretrizes para uma percepção coletiva do patrimônio. Trabalho de conclusão de curso - Departamento do curso de Arquitetura e Urbanismo, UFPE. Recife, 2019.

ASSIS, Lenilton de. Turismo e representações na Ilha de Itamaracá: O espaço vivido em foco. Turismo em Análise, v. H, n. 1, p. 117-130, maio, 2003.

BARDI, Lina Bo. *in* Suzuki, Marcelo (org). Tempos de grossura: design no impasse. São Paulo. Instituto Lina Bo e P. M. Bardi, 1994.

BRITTO, Pedro. A Cidade Dialogada: reflexões sobre processos participativos para intervenções em espaços públicos. Trabalho de conclusão de curso - Departamento do curso de Arquitetura e Urbanismo, UFPE. Recife, 2019.

CAETANO, Edson; AZEVEDO, Eva; CABRAL, Cristiano; RAMOS, Anatália. Capitalismo, território e conflitos: a resistência dos povos e comunidades tradicionais no Brasil. Revista Percursos, Florianópolis, v. 19, n. 40, p.186 -- 220, 2018.

CAVALCANTI, Carlos; BARCELLOS, Antônio; MOURA, Anderson. O mito do herói no processo de ressignificação identitários Indígenas Tabajaras da Paraíba. p. 461. Recife, 2016.

Conselho Pastoral dos Pescadores, Org.: Tomáz, Alzení de Freitas e Santos, Gilmar. Conflitos Socioambientais e Violações de direitos Humanos em Comunidades Tradicionais Pesqueiras no Brasil

COUTINHO, Sonia; SULAIMAN, Samia; CARBONE, Amanda. ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) DE SANTA CRUZ: (re)conhecendo o valor ecológico, histórico-cultural e econômico. Recife, 2018.

de LA MORA, Luís. A aferição da qualidade da participação dos agentes envolvidos em mecanismos de gestão democrática de desenvolvimento local. Uma proposta metodológica. VII Colóquio sobre poder local, UFBA. 1997.

FATHY, **Hassan.** Construindo com o povo, arquitetura para os pobres. Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

FREIRE, Paulo. A pedagogia do oprimido – ver edição. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

_____. A pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa / Paulo Freire. – São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GUIZZO, Iazana. Reativar territórios: o corpo e o afeto na questão do projeto participativo. Belo Horizonte: Quintal Edições. 2019.

HAIDER, Assad. Armadilhas da Identidade: raça e classe nos dias de hoje. Veneta. São Paulo, 2019.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo, Editora Revista dos tribunais LTDA, 1990 (1968).

HALBWASHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo, 1990.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). Educação Patrimonial : Inventários Participativos : manual de aplicação / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ; texto, Sônia Regina Rampim Florêncio et al. - Brasília-DF, 2016. 134 p. : il. color. ; 21cm.

ITAMARACÁ, de Lia. Minha ciranda. Compositor: Capiba. Brasil, 2000, CD.

JÚNIOR, Ricardo B. B. Centro Cidadão do Mar: Anteprojeto para um Centro de Cultura e Desenvolvimento Social em Itapissuma - PE. Recife, 2020

LEFEBVRE, Henry. O direito à cidade. São Paulo: Moraes, 1991.

MARICATO, Ermínia. Metrópole periférica, desigualdade social e meio ambiente. In. VIANA, Gilney; SILVA, Marina; DINIZ, Nilo (orgs.). O desafio da sustentabilidade – Um debate socioambiental no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001, p. 215-232;

Menezes, Ulpiano Toledo Bezerra de. A CIDADE COMO BEM CULTURAL - Áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio ambiental urbano, IPHAN, 2006.

Na pisada dos cocos. Circuito 2017/2018. Rio de Janeiro: Sesc, Departamento Nacional, 2017. (sonora brasil).

OLIVEIRA, Ana; SANTOS, Josué dos. A Ilha de Itamaracá e a organização da defesa no período colonial (séculos XVI e XVII): contribuição para a história de Pernambuco, Brasil. XI | n°21 | 2014 | ISSN 2316 8412

OLIVEIRA, Luiz de; VIANA, Lina; BRAGA, André. Conflitos e fragilidades de uma atividade turística não planejada: um olhar direcionado às praias de Porto de Galinhas e Itamaracá /PE. Patrimônio: Lazer & Turismo, v.7, n. 10. 2010.

RIBEIRO, Luisa; SOUZA, Manuel de; BARROS, Francisco. Desafios da carcinicultura: aspectos legais, impactos ambientais e alternativas mitigadoras. Revista de Gestão Costeira Integrada - Journal of Integrated Coastal Zone Management, vol. 14, núm. 3. Lisboa, Portugal, 2014.

ROLNIK, Raquel. Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

SANT'ANNA, M. A cidade-atração: a norma de preservação de áreas centrais no Brasil dos anos 1990 [online]. Salvador: EDUFBA-PPG-AU FAUFBA, 2017, 503 p. ISBN: 978-85-232-1871-3.

Silva, Andréa Lima da. As Populações Tradicionais e a Carcinicultura no Capitalismo Contemporâneo: uma análise da questão socioambiental na luta pelo território, 2009.

SILVA, José da; SANTOS, Kynara; SILVA, Maria da. As marcas da colonização na cultura indígena da tribo Tabajara no município de Conde-PB, 2018.

SIMAS, Luis Antônio. O corpo encantado das ruas. Rio de Janeiro, Brasil, 2019.

STENGERS, Isabelle. Reativar o animismo. Caderno de Leituras n.62, USP, 2017.

SUSSEKIND, Felipe. O jaguar como signo de vida e morte. Rev. bras. Psicanál vol.52 no.1 São Paulo jan./mar. 2018

TABAJARA, Auritha. Festival Nacional de Contadores de Histórias, Youtube, 2023.

LISTA DE IMAGENS

Figura 1 - Camipim sobre a grama. Fonte: Autoria própria. 16
Figura 2 - Peixes na galeia. Fonte: Autoria própria 14
Figura 3 - Paisagem da Ilha em mar aberto. Fonte: Autoria própria. 23
Figura 4 - Localização da Ilha de Itamaracá em Pernambuco. Fonte: Wikipédia 29
Figura 5 - Ilha de Itamaracá. Fonte: Google 30
Figura 6 - viveiros de Carcinicultura. Fonte: Google 35
Figura 7 - Pescadores comemorando. Fonte: Acervo pessoal. Autor: Desconhecido..... 39
Figura 8 - Peixxes em galeia 2. Fonte: Autoria própria. 42
Figura 9 - Década de 80, pescador, peixe e caiçara ao fundo. Fonte: Acervo familiar, autoria desconhecida. 57
Figura 10 - Pescador em Jagada. Fonte: Acervo familiar. Autor desconhecido . 71
Figura 11 Lia de Itamaracá. Fonte: Ytallo Barreto 74
Figura 12 Coco em Jaguaribe. Fonte: Acervo familiar. 77
Figura 13 corrida de jangada. Fonte: Autoria própria..... 81
Figura 14 Buscada. Fonte: Autoria Própria 84
Figura 15 Pescador consertando motor. Fonte: Autoria própria. 86
Figura 16 - Despesque do Curral. Fonte: Acervo familiar. 88
Figura 17 - Marisqueiras. Fonte: Canal Youtube Lia de Itamaracá 91
Figura 18 Mexidinho. Fonte: Autoria própria..... 92
Figura 19 - Pescadores no bar. Fonte: Acervo familiar. 95

Figura 20 Menino carregando arraia. Fonte: Autoria própria. 96
Figura 21 - Peixaria. Fonte: Autoria própria. 98
Figura 22 Capela. Fonte: Autoria própria. 100
Figura 23 - Pescador no porto. Fonte: Acervo familiar. 103
Figura 24 Pontal de Jaguaribe. Fonte: Acervo pessoal 105
Figura 25 - Boca do Rio. Fonte: Autoria própria. 106
Figura 26 - Rio Jaguaribe. Fonte: Autoria própria. 108
Figura 27 - Caiçara. Fonte: Acervo familiar. 110